



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDÃO

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE ESPANHOL NO AMAZONAS:
LIVRO DIDÁTICO**

**MANAUS
2019**

RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDÃO

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE ESPANHOL NO AMAZONAS:
LIVRO DIDÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras — Estudos da Linguagem, sob a orientação do Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira.

**MANAUS
2019**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B821p Brandão, Raimunda Julia de Freitas
Políticas linguísticas para o ensino de Espanhol no Amazonas:
livro didático / Raimunda Julia de Freitas Brandão . 2019
91 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Wagner Barros Teixeira
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Políticas linguísticas. 2. Ensino de Espanhol. 3. Livro didático.
4. Pnld. I. Teixeira, Wagner Barros. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDÃO

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE ESPANHOL NO AMAZONAS:
LIVRO DIDÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos da Linguagem.

Aprovada em: 30/08/2019.

Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira – Orientador
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza – Membro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Elsa Otília Heufemann-Barría – Membro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Edith Santos Corrêa – Suplente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa – Suplente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

In memoriam

Aos meus pais...

À minha família, pelo apoio e incentivo aos estudos.

Ao meu esposo, Antonio, pelo companheirismo, paciência e compreensão em minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pelo dom da vida e por permitir que pudesse concluir mais uma etapa acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira, pelo seu compromisso, compreensão, orientação, paciência e, principalmente, por seus ensinamentos.

Às professoras Dra. Luciana Maria Almeida de Freitas e Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro, pelas valiosas contribuições e sugestões oferecidas na Banca de Qualificação.

Aos membros da Banca de defesa, Profa. Dra. Elsa Otilia Heufemann Barría e Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza, que gentilmente aceitaram compor a Banca.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), pela oportunidade e pelo incentivo às pesquisas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, por compartilharem seus conhecimentos.

À Secretaria do PPGL, Angélica Gonçalves, pela atenção e pelo apoio durante esta caminhada.

Ao meu esposo, Antonio, pelo amor, carinho, compreensão e paciência que teve comigo nos momentos difíceis e por sempre apoiar meus projetos pessoais e profissionais.

À minha família, pelo amor e incentivo incondicional e por acreditar em mim.

Às amigas Elaine Sousa e Rosiane Correa, pela ajuda e pelo incentivo durante esta caminhada.

À professora Celeste, gestora da Escola Estadual Leopoldo Neves, pelo apoio e pelas palavras de incentivo.

Aos colegas do mestrado, pelas trocas de experiências e palavras de conforto.

Aos amigos que, mesmo distantes, estão torcendo por mim.

Às participantes da pesquisa, pela disposição em colaborar.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para mais esta conquista.

RESUMO

BRANDÃO, R. J. F. **Políticas Linguísticas para o ensino de Espanhol no Amazonas: livro didático**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

Esta dissertação de Mestrado tem como objetivo verificar as ações políticas relacionadas à escolha do livro didático para o ensino de Espanhol nas escolas da rede estadual de Ensino do Amazonas, considerando o processo e os atores sociais envolvidos. Como objetivos específicos, propõe-se a descobrir quem realiza a escolha do livro didático disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nas escolas pesquisadas, bem como a analisar como se efetiva esse processo. O referencial teórico que embasa a pesquisa se divide em postulados sobre políticas linguísticas de investigadores como Hamel (1993), Calvet (2007) e Arnoux (2010), e em considerações sobre o livro didático no Brasil de pesquisadores como Freitag, Motta e Costa (1987), Cassiano (2007), Mantovani (2009), Daher, Freitas e Sant'anna (2013) e Freitas e Vazquez (2016). Com relação à metodologia, caracteriza-se como uma investigação descritiva de abordagem qualitativa, que lança mão da pesquisa bibliográfica impressa e telematizada e, ainda, da pesquisa de cunho documental. Os procedimentos de geração de dados foram realizados por meio de questionários e de entrevista com o apoio das técnicas de protocolo verbal. Os dados obtidos com relação à escolha do livro didático evidenciam que, além do professor de Espanhol, no Amazonas, quem também faz a escolha é a direção e/ou a equipe pedagógica da escola, juntamente com o professor.

Palavras-chave: Políticas linguísticas; ensino de Espanhol; livro didático; PNLD.

RESUMEN

BRANDÃO, R. J. F. **Políticas Lingüísticas para la enseñanza de Español en el Amazonas: libro didáctico**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

Esta disertación de Maestría objetiva verificar las acciones políticas relacionadas a la elección del libro didáctico para la enseñanza del Español en las escuelas de la *rede estadual de Ensino do Amazonas*, considerando el proceso y los actores sociales involucrados. Como objetivos específicos, se dedica a descubrir quién elige el libro didáctico proveído por el PNLD a las escuelas investigadas, y, también, a analizar cómo se efectiva ese proceso. El marco teórico de la investigación se divide en postulados sobre políticas lingüísticas de investigadores como Hamel (1993), Calvet (2007) y Arnoux (2010), y en consideraciones sobre el libro didáctico en Brasil de investigadores como Freitag, Motta y Costa (1987), Cassiano (2007), Mantovani (2009), Daher, Freitas y Sant'anna (2013), y Freitas y Vazquez (2016). Se caracteriza como investigación descriptiva de abordaje cualitativa, apoyada por pesquisa bibliográfica impresa y telemática, y, aún, por la pesquisa documental. Los procedimientos de recolección de datos se realizaron a partir de cuestionarios y de entrevistas apoyados por las técnicas de protocolo verbal. Los datos obtenidos sobre la elección del libro didáctico dejan claro que, además del profesor de Español, en el Amazonas, la Gestión y/o el equipo pedagógico de la escuela participan de ese proceso, con el profesor.

Palabras-clave: Políticas lingüísticas; enseñanza de Español; libro didáctico; PNLD.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Resultados da pergunta 4 do questionário de perfil.....	50
Gráfico 2 — Resultados da pergunta 5 do questionário de perfil.....	50
Gráfico 3 — Resultados da pergunta 3 do questionário investigativo.....	52
Gráfico 4 — Resultados da pergunta 4 do questionário investigativo.....	53
Gráfico 5 — Resultados da pergunta 5 do questionário investigativo.....	53
Gráfico 6 — Resultados da pergunta 6 do questionário investigativo.....	54
Gráfico 7 — Resultados da pergunta 7 do questionário investigativo.....	54
Gráfico 8 — Resultados da pergunta 8 do questionário investigativo.....	55
Gráfico 9 — Resultados da pergunta 9 do questionário investigativo.....	55
Gráfico 10 — Resultados da última pergunta do questionário investigativo	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Panorama acerca das ações glotopolíticas realizadas no Estado em três fases	25
Quadro 2 — Panorama do perfil das participantes	51
Quadro 3 — Resultados da pergunta 2 do questionário investigativo	52
Quadro 4 — Resultados da pergunta 10 do questionário investigativo	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Protocolo verbal — com relação à importância do livro didático	58
Tabela 2 — Protocolo verbal — sobre o livro de Espanhol na escola	59
Tabela 3 — Protocolo verbal — se o professor tem interesse em utilizar o LD do PNLD nas aulas e por quê?	59
Tabela 4 — Protocolo verbal — sobre a escolha do livro didático	60
Tabela 5 — Protocolo verbal — critérios para a escolha do livro didático	61
Tabela 6 — Protocolo verbal — se o professor usa o LD do PNLD em suas aulas ..	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 CONCEITUANDO POLÍTICA LINGUÍSTICA.....	16
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL.....	27
1.3 PANORAMA HISTÓRICO: PNLD — LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA....	35
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	41
2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	41
2.2 CONTEXTO DA PESQUISA.....	43
2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	44
2.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS.....	45
2.4.1 Questionários.....	46
2.4.2 Entrevista.....	46
2.4.3 Protocolo verbal.....	47
3 ANÁLISE DE DADOS	49
3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	49
3.1.1 Questionário de Perfil.....	49
3.1.2 Questionário Investigativo.....	51
3.1.3 Entrevistas.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — TCLE.....	72
APÊNDICE B — QUESTIONÁRIO DE PERFIL.....	74
APÊNDICE C — QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO.....	75
APÊNDICE D — ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	77
APÊNDICE E — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 1.....	78
APÊNDICE F — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 2.....	80
APÊNDICE G — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 3.....	81
APÊNDICE H — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 4.....	83
ANEXO A — PORTARIA Nº 1.321/2017.....	85
ANEXO B — PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	87

INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira se dá, também, por meio do uso de materiais didáticos disponíveis dentro e fora do contexto escolar de ensino, entre os quais o livro didático, o que pode promover e facilitar a aprendizagem. A importância desse recurso é destacada por Justino (2011, p. 8), quem afirma que “[...] pode concretizar o que é ensinado e tem papel importante no trabalho docente de todas as disciplinas”. Dessa forma, entre os inúmeros instrumentos de apoio que há para a prática docente, pensando no ensino da Língua Espanhola, neste trabalho de dissertação de Mestrado, destaco, como foco de pesquisa, o livro didático.

Entre as motivações acadêmicas que me levaram a realizar investigação sobre esse recurso didático, destaco, primeiramente, meu trabalho de monografia realizado no Curso de Especialização em Ensino de Espanhol: língua e literaturas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas, entre 2011 e 2012, em que iniciei as investigações sobre o livro didático de Espanhol no âmbito do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Por meio daquele trabalho, que teve como objetivos analisar e verificar a proposta didático-pedagógica de uma das coleções aprovadas pelo PNLD 2012 para o Ensino Médio, voltado ao ensino de Língua Espanhola em Manaus; e analisar os critérios apresentados no Edital do PNLD 2012 na coleção, contemplando a cidade de Manaus, verifiquei que o critério apresentado no Edital está contemplado no livro analisado, porém, não em sua totalidade, pois está mais voltado aos países de fala hispânica, distante da realidade manauara.

Além disso, dando seguimento à minha formação em Letras e sempre em busca de novos conhecimentos, em 2016, como aluna especial no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cursei uma disciplina que versou sobre Políticas Linguísticas, área crescente no âmbito da Linguística Aplicada no Amazonas, uma vez que se constatam, hoje, pesquisas sobre Políticas Linguísticas voltadas ao ensino de língua estrangeira no Estado do Amazonas, como dissertações de Mestrado de Costa (2014), Cabral (2019), Gomes (2019), Guerreiro (2017), Heufemann (2019) e uma tese de doutoramento de Teixeira (2014). Na oportunidade, realizei trabalhos de investigação também sobre o livro didático, que tiveram como objetivo analisar a obra didática “Viver, Aprender”, escolhida pelo Plano Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos — PNLD EJA/2014 para o Ensino Médio, voltada ao ensino de Línguas Estrangeiras.

Nesse sentido, foi constatado que a coleção analisada contempla parcialmente o critério de atividades que levem à reflexão sobre a língua e suas variedades, bem como sobre a diversidade cultural em nível local e global observado no Edital, tornando-se forte motivação para a realização efetiva do curso de Mestrado como aluna regular e, conseqüentemente, para esta pesquisa de dissertação.

A terceira motivação que me levou a pesquisar sobre o tema se deu ao trabalhar na rede estadual de ensino do Amazonas, em 2016, em uma escola, onde vários livros de Língua Espanhola distribuídos pelo PNLD não estavam sendo utilizados desde o início do ano letivo. Aquela situação causou-me estranhamento, pois não entendia como era possível haver livros didáticos de boa qualidade disponíveis, avaliados e aprovados por um programa nacional de renome, como o PNLD, distribuídos gratuitamente para as escolas, mas que não eram utilizados de forma efetiva.

Mesmo sabendo que a escolha do livro didático no âmbito do PNLD fica a critério do professor (ou, ao menos, deveria), assim como reconhecendo que a decisão de o utilizar ou não também cabe ao docente, já que, atualmente, há várias ferramentas que contribuem para o processo de aquisição de conhecimento e que podem apoiar o trabalho em sala de aula além do livro didático, levantei alguns questionamentos diante da situação: se o livro didático está na escola sem nenhuma função prática, quem o escolheu? Além disso, quem foi o responsável por solicitar o envio desse material para a escola?

Envolvida nesse contexto, como professora de Língua Espanhola, esses questionamentos foram me inquietando e me preocupando cada vez mais, principalmente diante do fato de haver recurso público envolvido na compra e na distribuição desses livros às escolas, fato que me levou a refletir sobre a escolha do livro didático de Língua Espanhola no Amazonas, recorte deste trabalho de dissertação.

A escolha do livro didático é um momento fundamental, já que se trata de um dos recursos essenciais para a prática docente. Entretanto, cabe ao professor, juntamente à equipe pedagógica, escolher o livro adequado ao seu contexto escolar, pois, segundo o Guia do PNLD 2015,

[...] é importante lembrar que a escolha do livro didático implica um compromisso didático-pedagógico, a atenção às circunstâncias histórico-sociais de suas turmas e de sua escola e o entendimento de que se trata de uma produção vinculada a valores, posições, visões de língua, de ensino de língua, de aluno, de professor e de papel das línguas estrangeiras na escola. (BRASIL, 2014, p. 7-8).

Partindo do pressuposto de que a escolha do livro implica num compromisso didático-pedagógico, despertou-me o interesse de verificar como ocorrem as ações em torno da escolha do livro didático de Língua Espanhola aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino no Estado do Amazonas, visto que as obras são selecionadas nos Guias de livros distribuídos às escolas que aderem ao Programa para, assim, em tese, o professor analisar e escolher a coleção que irá utilizar.

Nesse sentido, considerando o professor um ator social investido de papel político que impacta nas decisões práticas no cotidiano escolar, a temática desta pesquisa se baseia em ações de políticas linguísticas voltadas à escolha do livro didático de Língua Espanhola no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático, realizadas por atores sociais na Rede Pública Estadual de ensino no Amazonas.

Apresento a seguir as perguntas que compõem o questionamento central e norteiam este trabalho, os objetivos estabelecidos para buscar respostas a elas, bem como as hipóteses a elas relacionadas.

No que se refere ao questionamento, propus as seguintes perguntas:

Como é feito o processo de escolha do livro didático para o ensino de Espanhol na Rede Estadual de Ensino do Amazonas?

Quem realiza efetivamente a escolha do livro didático disponibilizado pelo PNLD nas escolas pesquisadas?

Como objetivo geral, busco verificar as ações políticas que se relacionam à escolha do livro didático para o ensino de Espanhol nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, considerando o processo e os atores sociais envolvidos.

Para atingir sucesso, como objetivos específicos, proponho-me a descobrir quem realiza a escolha do livro didático disponibilizado pelo PNLD nas escolas pesquisadas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, bem como analisar como se efetiva esse processo.

Diante do questionamento levantado e dos objetivos propostos, bem como considerando minha experiência prévia como professora de Espanhol na Rede Estadual de Ensino do Amazonas e o contexto vivenciado que serviu de estopim para esta pesquisa, tomo a liberdade de levantar as seguintes hipóteses:

- no processo de escolha do Livro Didático, a equipe de professores de Espanhol, em conjunto, analisa os aspectos linguísticos, socioculturais e

estruturais das coleções que chegam à escola, para, depois, escolher a coleção que vai ser adotada naquela instituição de ensino;

- o professor de Espanhol, de maneira individual, é quem escolhe o livro didático disponibilizado pelo PNLD na escola, porém, ele pode decidir-se por usar ou não o material em sua prática docente;
- a escolha do livro didático e a solicitação de envio desse material para a escola é feita por membros da equipe gestora, sem prévia consulta aos docentes de Espanhol, haja vista a necessidade de cumprimento de prazos estabelecidos pelo PNLD para o envio das obras às escolas;
- as editoras cujos livros didáticos foram aprovados pelo PNLD exercem significativa influência no processo de escolha desse material ao oferecerem vantagens aos docentes e gestores das escolas, como apoio pedagógico para o uso dos livros, envio de material paradidático, como dicionários, gramáticas, livros de literatura etc., e, ainda, oferta de cursos on-line de formação continuada aos docentes.

A fundamentação teórica que embasa esta pesquisa se divide em postulados sobre políticas linguísticas de investigadores como Hamel (1993), Calvet (2007) e Arnoux (2010), em considerações sobre o livro didático no Brasil de pesquisadores como Cassiano (2007), Mantovani (2009), Daher, Freitas e Sant'anna (2013) e Freitas e Vazquez (2016).

Quanto ao arcabouço metodológico, neste trabalho, utilizo a pesquisa científica de cunho qualitativo, por meio de um levantamento bibliográfico impresso e telematizado que possui tanto a função primária de situar a pesquisa no estado da Arte da área investigada, bem como a função secundária de fornecer dados para as análises realizadas. Além disso, a pesquisa documental foi fundamentada em Cervo e Bervian (1983) e em Moresi (2003), por meio da análise de alguns documentos a partir da técnica de fichamento por recorte lexical. Também uso a pesquisa de campo apoiada por instrumentos de coleta de dados, como questionários de perfil e investigativo, e entrevista gravada com o apoio das técnicas de protocolo verbal.

A relevância acadêmica da pesquisa repousa na possibilidade de contribuição com as pesquisas na área de Linguística Aplicada no Amazonas voltadas para o recorte de Políticas Linguísticas e, ainda, por focar em um aspecto do processo de seleção do livro didático no âmbito do PNLD pouco investigado: a escolha do livro, gerando dados e informações inéditos que podem servir de apoio para políticas públicas voltadas ao livro didático, como ajustes no programa.

No que concerne à estrutura do trabalho, além deste capítulo introdutório, há mais três capítulos. O primeiro, de fundamentação teórica, apresenta o Estado da Arte e os pressupostos que irão embasar a investigação. O segundo trata da metodologia utilizada, considerando os conceitos das abordagens metodológicas adotadas, o contexto e os participantes da pesquisa, além dos instrumentos e procedimentos de coleta de dados.

Na sequência, no terceiro capítulo, apresento e analiso os dados coletados.

Por fim, no quarto capítulo, apresento as considerações finais e alguns encaminhamentos possíveis.

Na parte final, encontram-se as referências, seguidas dos anexos e dos apêndices citados.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, com base no aporte primário da pesquisa bibliográfica impressa e telematizada, situo o Estado da Arte da área pesquisada, apresentando os pressupostos teóricos que embasam o presente estudo. O marco teórico desta dissertação de Mestrado repousa na interseção dos estudos sobre políticas linguísticas realizados por Hamel (1993) e por Calvet (2007), com os postulados sobre glotopolítica propostos por Arnoux (2010).

Na sequência, faço uma abordagem diacrônica sobre as políticas voltadas ao livro didático no Brasil, com base nas contribuições de Freitag, Motta e Costa (1987) e de Daher, Freitas e Sant'anna (2013). E, na última seção, apresento breve panorama sobre o histórico do PNLD voltado especificamente a Línguas Estrangeiras, com base em Cassiano (2007), em Daher, Freitas e Sant'anna (2013) e em Freitas e Vazquez (2016).

1.1 CONCEITUANDO POLÍTICA LINGUÍSTICA

A política linguística é a tentativa de estruturar os estudos linguísticos desde a perspectiva das lutas políticas dos falantes, das comunidades linguísticas em suas lutas históricas: as lutas tanto dos indígenas como dos imigrantes para a manutenção das suas línguas, a luta dos excluídos da cidadania pela desqualificação dos seus falares, a luta dos falantes para desenvolver novos usos para suas línguas. Ao linguista cabe identificar essas comunidades linguísticas, cada uma delas com suas histórias e estratégias políticas, se aliar a elas, construir com elas, em parceria, as novas teorias que darão o tom no século XXI.

Gilvan Müller de Oliveira¹

Políticas linguísticas são uma faceta das políticas públicas dos países, das organizações internacionais, das corporações e instituições, e nesse sentido são um fazer permanente do homem, sempre adaptadas à sua época, aos interesses geopolíticos, econômicos e culturais em jogo numa determinada fase histórica. Não se esgotam, mudam de foco; não se completam, estão sempre em construção.

Gilvan Müller de Oliveira²

As relações do ser humano com as línguas, entre elas as de legislação, ocorrem há muitos anos. Para Hamel (1993, p. 6), “[...] a possibilidade de intervir sobre a linguagem

¹ OLIVEIRA, Gilvan Müller de 2007. A 'virada político-lingüística' e relevância social da lingüística e dos lingüistas. In: CORREA, D. A. (org.). **A Relevância Social da Linguística: Linguagem, Teoria e Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial. p. 79–93.

² Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/e92f933a3b0ca404b70a1698852e4ebd.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

está determinada pelas relações de poder vigentes entre os autores e grupos sociais”.³ Essas intervenções podem partir tanto do Estado como, também, de ação individual ou de grupos, o que aproxima o entendimento desse investigador da visão glotopolítica sobre a relação entre sociedade e língua(gen)s, tema que será abordado mais adiante.

Política linguística envolve várias áreas de conhecimento, marcadas por relações de poder entre o ser humano e as língua(gen)s, todas relacionadas a situações linguísticas que requerem decisões políticas e planejamento de políticas públicas.

Calvet (2007, p. 9–10) “[...] define a linguística como o estudo das comunidades humanas através da língua. As línguas existem para servir aos homens e não os homens para servir às línguas”. Buscando conceituar política linguística, o pesquisador postula que existem dois conceitos: a) o de política linguística, que determina as grandes decisões associadas às relações entre as línguas e a sociedade; e b) o de planejamento linguístico, que implica a realização dessas decisões. No entanto, ele considera muitas dessas políticas autoritárias, pois as decisões estão relacionadas ao Estado, o qual, na maioria das vezes, tem o poder e os meios para colocar em prática as escolhas políticas (CALVET, 2007).

Sobre essa questão, posso mencionar exemplos de intervenção sobre vários grupos sociais, entre os quais a imposição das línguas europeias de tradição escrita do colonizador sobre as línguas africanas de tradição oral à época da tomada do continente africano (GOODY, 1968) ou, ainda, a proibição do uso de estrangeirismos na Coreia sob a égide de um ultranacionalismo imposto pelo poder do Estado (JERNUDD, 1989).

No entanto, como esta pesquisa versa sobre a realidade brasileira e, em especial, sobre a amazonense, na esteira da interpretação de Calvet (op. cit.) para o fenômeno, entendo ser importante destacar algumas ações que considero autoritárias e, em alguns casos, catastróficas, dando início às políticas linguísticas de apagamento no Brasil.

A primeira delas foi a criação das chamadas Línguas Gerais pelo colonizador como estratégia política para dominar os grupos sociais nativos das terras recém-tomadas. De acordo com Freire (2003), foram criadas duas dessas línguas, a Língua Geral Paulista, imposta na maior parte do que hoje é o território brasileiro, e a Língua Geral Amazônica, imposta sobre o que hoje é a região da Amazônia brasileira.

Outro momento marcante que destaco foi a intervenção política pombalina, que determinou, de forma autoritária, o uso exclusivo do idioma do colonizador, o Português,

³ Tradução minha para: “[...] la posibilidad de intervenir sobre el lenguaje está determinada por las relaciones de poder vigentes entre los actores y grupos sociales” (HAMEL, 1993, p. 6).

em todo o território conquistado, em detrimento das centenas de outras línguas que eram faladas à época.

Apesar de uma estratégia impositiva austera de apagamento linguístico, conforme destaca Freire (op. cit.), seu efeito foi diverso, posto que a Língua Geral Paulista foi substituída muito mais rapidamente pelo uso do Português do que a Língua Geral Amazônica — conhecida como *Nheengatu* — por distintos fatores, entre os quais a peculiaridade logística na região amazônica, que dificultou as incursões e a efetivação dessas políticas impositivas e, também, o curioso fato de que o *Nheengatu*, em regiões da Amazônia, como em São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, deixou de ser uma língua estranha imposta pelo conquistador aos indígenas e passou a ser a língua adotada por etnias que deixaram de usar sua língua original no processo de imposição da Língua Geral Amazônica. Está caracterizada uma resistência em que, apesar da imposição do grupo dominante, os interesses de outros grupos determinam os rumos de sua relação linguística, exemplo claro de que não é a língua que domina o indivíduo, mas o contrário, estando ela a seu serviço.

Para Rajagopalan (2014, p. 73),

À política linguística concerne uma série de atividades relativas à política, ao planejamento, à planificação, à proteção, à manutenção, ao cultivo e, como não podia deixar de ser de outra forma, ao ensino da(s) língua(s) que faz(em) parte do patrimônio linguístico de um país, de um estado, enfim, de um povo. Ela envolve a tomada de decisões e a implementação de ações concretas que têm consequências duradouras e, com frequência, balizam e determinam o rumo a ser tomado nos próximos anos ou décadas [...]. (RAJAGOPALAN, 2014, p. 73).

O pesquisador assevera ainda que toda ação política decorre das escolhas feitas durante a tomada de decisões nas mais altas instâncias de poder, com ou sem a consulta ao público, a quem, muitas vezes, as tais decisões são destinadas (RAJAGOPALAN, 2013).

Tomando a realidade brasileira, mais uma vez, na esteira do considerado por Rajagopalan (op. cit.), destaco mais um exemplo de política linguística brasileira de apagamento, efetivada recentemente, inicialmente por meio de Medida Provisória n.º 746/16 (BRASIL, 2016) e, infelizmente, chancelada pelo Congresso Nacional por meio da Lei Ordinária n.º 13.415/17 (BRASIL, 2017), que, unilateralmente e autoritariamente, a despeito de manifestações contrárias de diversos pesquisadores e entidades das mais diferentes áreas e desconsiderando as características regionais marcadas pela pluralidade linguística, étnica e cultural, determinou o ensino obrigatório de um único idioma

estrangeiro, numa clara tentativa de alinhamento e sujeição ao neoimperialismo norte-americano.

No que concerne a planejamento linguístico, o termo surgiu nos estudos de Haugen (1959) relacionados aos problemas linguísticos noruegueses resultantes da intervenção do Estado para criar uma identidade nacional, após anos de domínio dinamarquês.

O investigador propôs um modelo de planejamento linguístico, apresentado em quatro fases, direcionadas aos aspectos sociais e linguísticos, sendo elas: seleção, codificação, implantação e elaboração de uma língua (TEIXEIRA, 2014). Na primeira etapa, é selecionada uma das variedades já existentes na comunidade; na segunda, essa variedade é codificada para, assim, permitir a produção de gramáticas, ortografias e dicionários. A terceira etapa é da difusão dessa variedade nos programas educativos e nos meios de comunicação. Por fim, a última etapa é a fase da modernização e do desenvolvimento estilístico, em que a nova língua é inserida.

Considerando os problemas linguísticos que a Noruega enfrentou após anos de dominação dinamarquesa, Haugen (op. cit.) esclarece que, ao se tornar uma nova nação, precisou criar uma identidade nacional e, vendo-se diante de um problema linguístico, o Estado definiu como marca dessa identidade uma nova língua. Assim, escolheu uma das várias línguas em seu território para ser alçada ao *status* de língua oficial, em detrimento de todas as outras.

Em suma, depois de anos de uso do dinamarquês e da variedade norueguesa do dinamarquês como língua de comunicação na Noruega (TEIXEIRA, 2014), o Estado norueguês escolheu e oficializou uma língua especificamente norueguesa sobre a base dos dialetos do oeste do país. Dessa forma, o *landmål*, 'língua do país', tornou-se *nynorsk*, 'novo norueguês' (MORENO FERNÁNDEZ, 2012).

Com relação a políticas linguísticas, Hamel (1993) ressalta que, apesar de não haver um entendimento sobre o *status* teórico ou até mesmo a nomeação desse termo científico, diante de algumas acepções, são estabelecidas duas grandes áreas: 1) política linguística externa, relacionada ao papel de cada língua, seus usos e funções em contextos multilíngues; e 2) política linguística interna, que estuda a intervenção das normas gramaticais, codificação, padronização, elaboração de alfabetos e vocabulários, além da existência de uma terceira área, a de políticas educacionais, relacionadas ao campo da educação (HAMEL, 1993). Complementando, Moreno Fernández (op. cit.) destaca uma quarta área, a da difusão linguística, envolvendo os meios de comunicação.

Para o pesquisador, a escola não é o meio mais eficaz de difundir uma língua, visto que uma parte dos habitantes não têm acesso à educação, sendo impedida de ser escolarizada. Porém, onde não alcança a escola, podem chegar os meios de comunicação. Assim,

[...] os meios de comunicação podem ser um instrumento eficaz para o planejamento linguístico. No momento, estão conseguindo que os falantes de algumas variedades conheçam outras muito distantes e diferentes, o que afeta suas atitudes linguísticas, convertendo-se em paradigma indiscutível de falar bem, de variedade de prestígio. Além disso, se fosse bem conhecida a língua da rádio e da televisão, se saberia que direção podem tomar, em prazos muito curtos, algumas mudanças linguísticas, e poderiam ser orientadas. (MORENO FERNÁNDEZ, 2012, p. 342)⁴.

Exemplo claro que destaco é o uso da rádio comunitária nas comunidades do alto rio Negro, no Amazonas. Antigamente, os veículos de comunicação eram escassos, as comunidades não tinham acesso às informações, tudo funcionava lentamente, uma simples correspondência levava meses para chegar ao destinatário. Como não havia emissoras de rádio brasileiras na região, as únicas ouvidas eram as estrangeiras, dos países vizinhos, falantes da Língua Espanhola (TEIXEIRA, 2014). Isso fez com que o Espanhol assumisse uma função social significativa no seio dessas comunidades distantes, servindo como língua de informação, levada a partir das ondas de rádio aos comunitários. De acordo com Teixeira (2014), as dificuldades eram muitas até a efetivação das comunicações no alto rio Negro.

Nesse sentido, Alves (2007, p. 276–277) declara:

Agora entendo a verdadeira importância do rádio para o interior do Brasil, principalmente para esta região onde o transporte é precário e muito difícil, onde tudo, ou quase tudo é bem distante. Apesar de o rio ser a estrada principal utilizada e explorada pelos homens “dos rios”, o que nos parece ser intransponível, para eles é bem comum. São mais de setecentas e cinquenta comunidades catalogadas [...] e muitas não possuem sequer gerador de energia elétrica. Televisão nem pensar, geladeira muito menos. Aparelho elétrico é uma raridade no meio da selva. Não tem como ficar descendo ou subindo o rio para vir à cidade para encontrar um parente, trazer uma encomenda, dar um recado ou até mesmo fazer compras, pois a economia do mês fica toda no combustível para se chegar ao destino desejado. O preço do óleo diesel e a gasolina é exorbitante, além da dificuldade e do perigo de ficar transportando tambores plásticos com combustível dentro de canoas. Sem falar de quando ele falta, aí sim, é um Deus nos acuda. Os postos de

⁴ Tradução minha para: “[...] Los medios de comunicación pueden ser un instrumento eficaz para la planificación lingüística. De momento, están consiguiendo que los hablantes de unas variedades conozcan otras muy lejanas y diferentes, lo que afecta a sus actitudes lingüísticas, y se están convirtiendo en paradigma indiscutible de buen hablar, de prestigio. Además, si se conociera bien la lengua de la radio y la televisión, se sabría qué dirección pueden tomar, en plazos muy breves, algunos cambios lingüísticos, y se podrían orientar.” (MORENO FERNÁNDEZ, 2012, p. 342).

abastecimento ficam somente na cidade e, lá de vez em quando, funciona um móvel que faz uma rota determinada acudindo esse ou aquele que fica no meio do caminho, ou melhor, às margens do rio. É uma luta renhida... dificuldades sem fim. [...] Comunicação para muitos deles é somente através dos barcos, das balsas, das embarcações que transitam periodicamente pelas águas dos rios e nelas sempre se encontra alguém disposto a levar uma carta, um aviso, um mantimento, um agrado, um recado ou uma encomenda para parentes e amigos. [...] entra a força das ondas médias e tropicais do rádio, sendo para muitas comunidades do interior o único meio de comunicação. Basta apenas, como dizem por aqui, um aparelho, um carregamento de pilha grande e um fio esticado em cima de uma árvore e está tudo pronto. É só ligar e ouvir as notícias, as músicas e as informações.

Apesar dessas dificuldades logísticas, as ondas de rádio chegam até mesmo nos locais em que não há energia elétrica, levando informações e entretenimento para muitas comunidades do interior do país. De acordo com Teixeira (2014, p. 125), “[...] muitas dessas notícias, músicas e informações eram (e ainda são) veiculadas em espanhol, por meio das rádios estrangeiras de/na fronteira, oriundas dos países vizinhos”, o que reitera a importância social do idioma nos rincões amazônicos e a implantação de políticas de difusão linguística.

Diante das várias concepções acerca de políticas linguísticas, Calvet (2007) apresenta análises de situações em diferentes partes do mundo, expondo soluções em planejamento de *corpus* e em planejamento de *status*.

De acordo com o pesquisador, essa distinção entre os dois termos de planejamento surgiu nos estudos de Kloss (1969) sobre a relação entre as línguas e a sociedade. O primeiro, planejamento de *corpus*, está relacionado às intervenções na forma da língua como a criação da escrita e a padronização. O segundo, planejamento de *status*, refere-se às funções da língua, ao *status* social e à relação com as demais línguas, como a língua nacional, oficial, no âmbito educacional.

Sobre a questão, Calvet (op. cit., p. 29–30) afirma que,

[...] é possível que se queira mudar o vocabulário de uma língua, criar novas palavras, lutar contra os empréstimos: tudo isso pertence à esfera do *corpus*: mas é possível também que se queira modificar o *status* de uma língua, promovê-la à função de língua oficial, introduzi-la na escola, etc., e isso se relaciona ao *status*. Essa distinção ampliou consideravelmente o campo da política linguística e se distanciou notavelmente da abordagem instrumentalista [...]. (CALVET, 2007, p. 29–30).

Retomando o exemplo anterior de Haugen, a Noruega viveu essa intervenção, pois o país tinha várias línguas e precisou escolher uma para ser promovida à língua oficial. Assim, por meio do planejamento de *status*, a relação entre elas se modificaria, pelo fato de uma passar à língua oficial, ganhando prestígio, em detrimento das demais. Como consequência, iniciariam as intervenções no planejamento de *corpus*, pois, uma vez

escolhida a língua oficial, precisaria ser padronizada por meio da elaboração de gramáticas, dicionários etc.

Nessa esteira, Calvet (2007) afirma haver dois tipos de gestão de planejamento linguístico: a) a gestão *in vivo*, que resulta das práticas sociais; e b) a gestão *in vitro*, que consiste na intervenção a partir dessas práticas. A primeira gestão está relacionada à maneira como os usuários resolvem os problemas de comunicação no dia a dia. Como exemplo dessa gestão, destaca os *pidgins* como resoluções de comunicação entre os falantes, ações que não são estabelecidas por uma lei ou um decreto. A segunda, *in vitro*, está direcionada à abordagem do poder em que os especialistas que estudam as línguas vão analisar as situações, vão levantar hipóteses e fazer a proposta para solucionar determinada situação linguística. Assim, temos a criação do alfabeto, de gramáticas, de léxico para padronizar uma língua que foi alçada ao *status* de língua padrão.

Na história do Brasil, um exemplo dessa gestão se deu com a chegada dos portugueses no período colonial, os quais se depararam com uma situação de multilinguismo, vendo-se obrigados a se preparar para se comunicar e atingir seus objetivos, criando, com o apoio dos Jesuítas, línguas francas — as chamadas Línguas Gerais.

Com os avanços dos estudos sobre a relação entre as línguas e a sociedade, surgem novas propostas que ampliam e incluem novos sujeitos sociais, imprimindo uma visão mais complexa das relações sociopolíticas referentes ao funcionamento das línguas.

Para Heufemann-Barría e Teixeira (2017), o fazer político não é exclusivo das ações do Estado, concretizando-se também nas ações de outros entes sociais. Essa proposição é característica dessa nova proposta, baseada nos estudos de Guespin e Marcellesi (1986), investigadores que propuseram o conceito de Glotopolítica, o qual se opõe ao reducionismo da linguagem presente nas propostas anteriores, e passa a incluir ações que correlacionam a sociedade à língua, à fala e, também, ao discurso. Corroborando e ampliando essa proposta, Arnoux (2010, p. 1) afirma que Glotopolítica é

O estudo das intervenções no espaço público da linguagem e das ideologias linguísticas que elas ativam, associando-as com posições sociais e indagando nos modos em que participam na instauração, reprodução ou transformação de entidades políticas, relações sociais e estruturas de poder tanto no âmbito local ou nacional como regional ou planetário. Este campo de estudo comporta uma dimensão aplicada, um fazer especializado, o “planejamento linguístico”, que tendem a incidir no espaço social da

linguagem respondendo a distintas demandas e convocando a participação das instâncias sociais envolvidas. (ARNOUX, 2010, p. 330)⁵.

Nesse sentido, a pesquisadora complementa que as ações glotopolíticas refletem a relação entre a sociedade e a linguagem em diversos âmbitos, entre os quais o estabelecimento de uma língua oficial, de uma língua nacional, mas, da mesma forma, o reconhecimento e o respeito (ou não) de línguas minoritárias de grupos tradicionais e, também, do uso (ou não) de determinadas línguas e/ou variedades de uma língua.

Exemplo claro dessa questão são as políticas puristas amparadas em ideologias de nacionalismo extremo, que visam silenciar a pluralidade linguística presente e característica nos discursos da sociedade, como a situação coreana já mencionada, e situação brasileira de tentativa de proibição do uso de estrangeirismos, proposta pelo ex-deputado Aldo Rebelo no ano de 1999 por meio do Projeto de Lei n.º 1.676-D (BRASIL, 1999). Apesar de as considerar extremamente excludentes do ponto de vista da riqueza linguística, infelizmente, percebo que são consideradas adequadas por diversos grupos da sociedade, que, muitas vezes, são os responsáveis por ditar as regras no jogo de poder do fazer político.

Para Arnoux (2000), a Glotopolítica não aborda apenas o conflito entre as línguas, mas também conflitos entre as variedades e as práticas discursivas que atendem como marco social tanto pequenas comunidades, regiões dentro de um país, quanto grupos maiores, como Estados nacionais, ou, até mesmo, agrupamentos de nações (ARNOUX, 2000).

A relação entre os países que compõem a Commonwealth⁶, marcada pelo uso do inglês como língua de identidade e de relacionamento, bem como a relação entre os países do Mercosul, que determinaram o ensino e a difusão de seus idiomas oficiais — o Espanhol e o Português — em seus territórios com vistas a consolidar sua integração, são exemplos dessa visão glotopolítica que abarca grupos supranacionais.

⁵ Tradução minha para: “[...] El estudio de las intervenciones en el espacio público del lenguaje y de las ideologías lingüísticas que ellas activan, asociándolas con posiciones sociales e indagando en los modos en que participan en la instauración, reproducción o transformación de entidades políticas, relaciones sociales y estructuras de poder tanto en el ámbito local o nacional como regional o planetario. Este campo de estudio comporta una dimensión aplicada, un hacer experto, el “planeamiento lingüístico”, tendiente a incidir en el espacio social del lenguaje respondiendo a distintas demandas y convocando la participación de las instancias sociales involucradas.” (ARNOUX, 2010, p. 330).

⁶ *Commonwealth* ou Comunidade das Nações é uma associação voluntária composta por 53 países que se apoiam e trabalham juntos em prol de objetivos comuns, como a valorização da igualdade, da diversidade e do desenvolvimento. Possuem como marca de identidade o uso da língua inglesa. Cf. <http://thecommonwealth.org/about-us>.

Além desses exemplos, destaco a relação entre as regiões francófonas e o restante do território canadense. As comunidades falantes de francês no Canadá exercem importante papel glotopolítico naquele país, destacando seu poder econômico na arena de poderes, mostrando as vantagens do conhecimento e do uso do francês aos canadenses, o que fez com que o idioma fosse alçado ao status de língua oficial, juntamente ao inglês — língua falada pela maior parte da população (TEIXEIRA, op. cit.).

Nesse sentido, passam a participar do fazer glotopolítico entes que, muitas vezes, eram desconsiderados pelo Estado, atores não governamentais, por exemplo, associações de professores, sindicatos de classe, igrejas, associações de pais e de mestres, ou mesmo um indivíduo que tenha seu discurso amplamente legitimado no seio da sociedade.

Nessa esfera, ressalto algumas das ações glotopolíticas que a Associação de Professores de Espanhol do Estado do Amazonas (APE — AM), fundada em 1989, tem desenvolvido em prol da difusão do hispanismo e do ensino de Espanhol no Estado. No decorrer dos anos, mesmo diante de intervenções políticas, a Associação está cada vez mais envolvida, articulando convênios e parcerias relevantes com instituições federais, consulados e secretarias públicas.

Cabe ressaltar algumas intervenções que a Associação vem desenvolvendo, como: a) o embate da APE — AM com a Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC/AM) sobre a garantia das vagas no último concurso para professores de Espanhol na capital e no interior; b) a articulação para a realização do curso de atualização de professores de Espanhol da *Consejería* de Educação da Embaixada da Espanha no Brasil com a Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC/AM); c) a articulação junto ao Consulado da Colômbia para apoio a projetos de implementação do ensino de Espanhol na Semed/Manaus, como o projeto “Manaus Internacional: integrando culturas por meio da língua espanhola”; d) articulação para apoio à primeira Escola Bilíngue Português/Espanhol da SEDUC/AM na capital; e) a organização e a articulação com vários entes sociais para o 18º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, que será realizado em novembro deste ano.

No atual contexto em que o Estado se encontra, fica claro que a parceria com distintos atores sociais forma a arena glotopolítica amazonense (TEIXEIRA, 2018). Segundo o investigador, o ensino de Espanhol no Amazonas existe há vários anos; no entanto, não está efetiva e amplamente consolidado.

Teixeira (2018) apresenta um panorama acerca das ações glotopolíticas realizadas no Estado em três fases: antes da Lei nº 11.161/05 (BRASIL, 2005), posterior à Lei e após

a Medida Provisória nº 746/16 (BRASIL, 2016), convertida na Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017), conforme quadro a seguir.

Quadro 1 — Panorama acerca das ações glotopolíticas realizadas no Estado em três fases

Año	Acción	Actor Social	Política
1989	Creación de la <i>APE-AM</i>	profesores e hispanistas	
1997	Enseñanza de Español en Secundaria en <i>Benjamin Constant</i>	Gobierno del Estado – <i>SEDUC/AM</i>	Enseñanza
1998	Enseñanza de Español en Primaria en <i>Benjamin Constant</i>	Municipalidad – <i>SEMED/Benjamin Constant</i>	Enseñanza
2003	Creación del <i>Curso de Letras – Língua e Literatura Espanhola</i> en Manaos	<i>UFAM</i>	Formación de Profesores
2005	<i>Lei 11.161/05</i>	Gobierno Federal	Enseñanza y Formación de profesores
	Creación del <i>Curso de Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola</i> en <i>Benjamin Constant</i>	<i>UFAM</i>	Enseñanza

2006	<i>Resolução 86/06</i>	<i>Conselho Estadual de Educação/AM</i>	Enseñanza y Formación de profesores
	Lectorado en la universidad federal	<i>UFAM + AECID</i>	Formación de profesores
2008	Selección de Profesor de Español en <i>Tabatinga</i>	Municipalidad – <i>SEMED/Tabatinga</i>	Mercado laboral y Enseñanza
	Curso de actualización de profesores	<i>APE-AM + UFAM + Gobierno del Estado – SEDUC/AM + Consejería de la Embajada de España</i>	Formación de profesores
2009	Curso de actualización de profesores	<i>APE-AM + UFAM + Gobierno del Estado – SEDUC/AM + Consejería de la Embajada de España</i>	Formación de profesores
	<i>PIBID en Benjamin Constant</i>	<i>UFAM + Gobierno Federal</i>	Formación de profesores
2010	Curso de actualización de profesores	<i>APE-AM + UFAM + Gobierno del Estado – SEDUC/AM + Consejería de la Embajada de España</i>	Formación de profesores
	<i>Curso de Letras – Língua Espanhola / PARFOR en São Gabriel da Cachoeira</i>	<i>UFAM + Municipalidad – Secretarías de Educación de São Gabriel da Cachoeira, de Santa Izabel do Rio Negro y de Barcelos</i>	Formación de profesores
2011	Curso de actualización de profesores	<i>APE-AM + UFAM + Gobierno del Estado – SEDUC/AM + Consejería de la Embajada de España</i>	Formación de profesores
	<i>Curso de Especialização em Ensino de Espanhol: língua e literaturas</i>	<i>UFAM</i>	Formación de profesores
	<i>Projeto de lei 124/11</i>	<i>ALE-AM</i>	Enseñanza, formación de profesor y Mercado laboral
	<i>Projeto de lei 285/11</i>	<i>ALE-AM</i>	Enseñanza, formación de profesor y Mercado laboral
	<i>Concurso público para Profesor de Español</i>	Gobierno del Estado – <i>SEDUC/AM</i>	Mercado laboral y enseñanza
2013	Selección de Profesor de Español – <i>cadastro reserva</i>	Gobierno del Estado – <i>SEDUC/AM</i>	Mercado laboral y enseñanza
	<i>Lei 152/13 – ‘Ley Amazonense del Español’</i>	<i>ALE-AM</i>	Enseñanza, formación de profesor y Mercado laboral
2014	Selección de Profesor de Español	Gobierno del Estado – <i>SEDUC/AM</i>	Mercado laboral y enseñanza
	<i>Concurso público para Profesor de Español</i>	Gobierno del Estado – <i>SEDUC/AM</i>	Mercado laboral y enseñanza
2016	<i>Concurso público para Profesor de Español en Benjamin Constant</i>	Municipalidad – <i>SEMED/Benjamin Constant</i>	Mercado laboral y enseñanza
	<i>Medida Provisória 746/16</i>	Gobierno Federal	Enseñanza, formación de profesor y Mercado laboral
	Curso de actualización de profesores	<i>APE-AM + UFAM + Gobierno del Estado – SEDUC/AM +</i>	Formación de profesores

		Consejería de la Embajada de España	
2017	<i>Lei 13.415/17</i>	Gobierno Federal	Enseñanza, formación de profesor y Mercado laboral
	Selección de Profesor de Español en <i>Tabatinga</i>	Municipalidad – <i>SEMED/Tabatinga</i>	Mercado laboral y Enseñanza
	Selección de Profesor de Español en <i>Benjamin Constant</i>	Municipalidad – <i>SEMED/Benjamin Constant</i>	Mercado laboral y Enseñanza
	Selección de Profesor de Español en <i>São Gabriel da Cachoeira</i>	Municipalidad – <i>SEMEC/São Gabriel da Cachoeira</i>	Mercado laboral y Enseñanza
	Curso de actualización de profesores	<i>APE-AM + UFAM + Gobierno del Estado – SEDUC/AM +</i> Consejería de la Embajada de España	Formación de profesores
2018	<i>Projeto de lei 001/18</i>	<i>Câmara de Vereadores de São Gabriel da Cachoeira</i>	Enseñanza, formación de profesor y Mercado laboral
	Selección de Profesor de Español en <i>Tabatinga</i>	Municipalidad – <i>SEMED/Tabatinga</i>	Mercado laboral y Enseñanza
	<i>Concurso público</i> para Profesor de Español	Gobierno del Estado – <i>SEDUC/AM</i>	Mercado laboral y enseñanza

Fonte: Teixeira (2018).

Ao analisar o quadro proposto pelo investigador, fica evidente que as ações de políticas linguísticas mencionadas nesta seção, além de abarcar ações governamentais de entes relacionados ao Estado, aceitam, também, as intervenções de agentes sociais não governamentais. Essas ações estão relacionadas ao campo da política educacional, foco desta pesquisa.

Nesse sentido, a seguir, apresento considerações sobre políticas educacionais voltadas ao livro didático no Brasil.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

A história do livro didático mostra as mudanças quanto ao grau de interferência entre os diversos sujeitos assim como as mudanças políticas educacionais em relação a esse significativo objeto cultural, símbolo da escola moderna.

*Circe Maria Fernandes Bittencourt*⁷

De acordo com Freitas e Rodrigues (2008), o livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de várias transformações na sociedade,

⁷ BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810–1910). **Educação e pesquisa**. v. 30, n. 3, p. 475–491, set./dez., 2004.

ainda possui uma função relevante para os níveis de ensino, na missão de atuar como mediador na construção do conhecimento.

Pelo exposto, fica claro que o livro didático vem sendo um instrumento relevante no processo do ensino brasileiro e, dentre suas funções, é fonte de informação e comunicação entre o professor e aluno. Como afirma Romanatto (2004), há de se considerar que a importância do livro didático está condicionada ao tipo de prática que o docente faz dele. Sua eficiência depende, todavia, de uma adequada escolha e utilização.

Além disso, existem contextos em que os profissionais possuem como apoio somente o livro didático, seu único material de trabalho, situação confirmada por Carmagnani (2011, p. 127), ao afirmar que “[...] o livro didático ainda é a fonte mais utilizada na escola, e, em muitos contextos, a única fonte de acesso ao “saber institucionalizado” de que dispõem professores e alunos”.

A utilização de diferentes materiais didáticos como ferramenta de apoio para o processo de ensino-aprendizagem é concretizada por meio de políticas e ações, entre as quais se destacam os Programas Nacionais.

Nesta seção, abordo aspectos sobre as ações de políticas públicas voltadas a um dos instrumentos mais relevantes no processo de ensino-aprendizagem em um contexto escolar, o Livro Didático (LD), relacionado ao ensino da língua estrangeira, em especial, ao ensino de Língua Espanhola.

Para tanto, apresento breve trajetória histórica acerca do LD no Brasil, abordando alguns fatos pertinentes que possibilitaram sua criação, seu desenvolvimento e sua atualização, até chegar aos Programas Nacionais vigentes nos dias de hoje.

Iniciando essa caminhada histórica, remonto aos idos da colonização do Brasil por Portugal. Souza (2005) afirma que os primeiros jesuítas chegaram ao território brasileiro em março de 1549 e, com o passar do tempo, edificaram a primeira escola elementar em Salvador. Cabe ressaltar que, segundo o investigador, “[...] os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever” (SOUZA, op. cit., p. 80). Para Vazquez (2014), foi com a chegada dos jesuítas que iniciou a história do LD, pois eles trouxeram livros escolares para ensinar a leitura e a escrita nos colégios fundados ao lado da Igreja. Contudo, os livros foram esquecidos após a expulsão dos jesuítas do país em 1759.

Em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, liderada por D. João VI, além de trazer livros, foi trazida também a primeira máquina de tipografia, possibilitando a

instalação da Imprensa Régia, inaugurada em 13 de maio de 1808, com a publicação de seu primeiro folheto, acompanhado da Carta Régia. Naquela época, o domínio político era exercido pelo Estado e pela Igreja Católica. Assim, a censura sofrida pela imprensa permitia somente a publicação de artigos que não ofendessem as instituições e os costumes da época (MANTOVANI, 2009). Como resistência a essa situação, o *Correio Braziliense* era o jornal que fazia críticas ao Estado em suas publicações e, devido a isso, as edições eram impressas em Lisboa, sede do jornal.

Para Freitag, Motta e Costa (1987), a caminhada do livro didático não tem uma história própria no Brasil, pois não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que ocorrem a partir de 1930. Para as autoras, as leis e os decretos só apresentam um sentido, a partir da interpretação das mudanças estruturais geradas na sociedade brasileira, durante o Estado Novo.

É ainda nesse período de 1930 que se desenvolve no Brasil uma política educacional consciente, com pretensões democráticas e com base científica (FREITAG; MOTTA; COSTA, op. cit.). Saliento aqui os momentos relevantes da 'Fase I' das políticas referentes ao LD para a presente pesquisa.

Seguindo um marco cronológico, com relação às ações políticas em torno do livro, o governo brasileiro sob o Decreto-Lei n.º 93/1937 (BRASIL, 1937), criou o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão específico para legislar sobre a política do LD. De acordo com o Art. 2º, competirá ao Instituto Nacional do Livro:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937).

Para Vazquez (2014), os LDs ganham mais espaço e se configuram como autores significativos na disputa de poder do âmbito curricular; embora houvesse problemas na distribuição, na seleção e na avaliação, caracteriza-se como uma importante ação da política educacional do Brasil.

Posteriormente, o governo cria, por meio do Decreto-Lei n.º 1.006/1938 (BRASIL, 1938), a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que dispunha da produção,

importação e utilização do livro didático (CASSIANO, 2007; DAHER; FREITAS; SANT'ANNA, 2013; VAZQUEZ, 2014). Segundo Brasil (1938), cabe à CNLD: a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país; e d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei.

Além das funções estabelecidas pelo Decreto-Lei, determina, também, a escolha dos livros didáticos adotados.

Vazquez (2014, p. 75) destaca que, diante das atribuições exercidas pela CNLD, “[...] a comissão possuía mais a função de controle político-ideológico do que propriamente uma função didática”. No art. 20 do Decreto-Lei, são citados onze impedimentos relacionados às questões político-ideológicas, e somente cinco destinados à função didática. São eles:

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana. (BRASIL, 1938).

Após o surgimento de algumas críticas com relação à legitimidade da Comissão, o Decreto-Lei n.º 8.460/1945 (BRASIL, 1945) consolidou o Decreto nº 1.006/38 (BRASIL, 1938) e dispôs sobre a organização, a ampliação e o fortalecimento da CNLD, mesmo sofrendo alguns problemas no desempenho do programa, em decorrência da especulação

comercial, da manipulação política, do risco de censura e da centralização de poder referentes ao livro didático.

Durante a Ditadura Militar (1964–1985), em 1966, foi firmado o acordo entre o governo brasileiro (Ministério da Educação — MEC) e o governo americano (*United States Agency for International Development* — USAID), conhecido como MEC/USAID⁸. A partir desse acordo, foi fundada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), estabelecendo uma nova mudança na orientação da política do livro didático no Brasil, cuja finalidade era de “incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos” (DAHER; FREITAS; SANT’ANNA, 2013, p. 411). Esse acordo tinha como objetivo promover uma reforma na educação brasileira, implantando o modelo norte-americano nas universidades, produzindo, editando e distribuindo gratuitamente 51 milhões de livros didáticos para as escolas brasileiras em um período de três anos.

Durante essa parceria, o acordo recebeu várias críticas de professores brasileiros, pois, conforme a distribuição das atribuições, caberiam ao MEC e ao SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros) apenas as responsabilidades de execução, e aos órgãos técnicos da USAID, todo o controle do processo, ou seja, a educação brasileira seria monitorada por um órgão internacional (VAZQUEZ, 2014).

Conforme Daher, Freitas e Sant’anna (2013), em 1970, sob a Portaria n.º 35/1970, foi implantado um novo sistema de coedição de livros entre o INL e as editoras privadas.

No ano seguinte, em 1971, com a extinção da COLTED sob o Decreto n.º 68.728/71 (BRASIL, 1971), o INL se torna responsável de produzir o programa de coedições de livros didáticos com as editoras (CASSIANO, 2007).

Em 1976, sob o Decreto-Lei n.º 77.107, de 4/2/76 (BRASIL, 1976), o INL é extinto, passando a responsabilidade de edição e distribuição das obras didáticas a cargo da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), criada pela Lei n.º. 5.327, em 1967, (DAHER; FREITAS; SANT’ANNA, 2013; VAZQUEZ, 2014). Segundo Freitag, Motta e Costa (1987, p. 8), analisando o Decreto, as competências atribuídas à FENAME são:

- 1) definir as diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo território nacional;
- 2) formular programa

⁸ Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Esses acordos visavam estabelecer convênios de assistência técnica e apoio financeiro à educação brasileira (DAHER; FREITAS; SANT’ANNA, 2013).

editorial; 3) executar os programas do livro didático e 4) cooperar com as instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, na execução de objetivos comuns.

Anos depois, em 1983, a Lei n.º 7.091, de abril de 1983 (BRASIL, 1983), determinou que a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)⁹ substituiria a FENAME (DAHER; FREITAS; SANT'ANNA, 2013). Essa substituição reuniu vários programas de assistência ao governo, incluindo o PLIDEF, pois a política adotada era assistencialista, centralizadora e acabou apresentando várias irregularidades, como: a não distribuição dos livros didáticos dentro dos prazos previstos, a pressão política das editoras, *lobbies* das empresas e o autoritarismo na escolha dos livros (FREITAG, MOTTA, COSTA, 1987; MANTOVANI, 2009; VAZQUEZ, 2014).

Mantovani (op. cit.) e Vazquez (op. cit.) destacam que, como a política era centralizadora, as decisões partiam de técnicos e de assessores do governo, os quais, muitas vezes, não eram pessoas qualificadas para gerenciar a questão do livro didático. Dessa forma, a partir da nova legislação criada pelo governo, procura-se corrigir alguns problemas apontados e sugere-se a participação do professor na escolha do LD, já que o docente não exercia nenhum poder no processo decisório do sistema educacional até então.

Vazquez (op. cit., p. 77–78) ressalta que

[...] não se trata de simplesmente deixar sob a responsabilidade do professor (despreparado, desmotivado, mal remunerado, sobrecarregado de aulas, etc.) a tarefa da escolha dos livros que pretende usar em suas salas de aula; trata-se, antes, de assegurar qualidade em sua formação para que ele possa estabelecer critérios qualitativos para essa escolha, por meio de conhecimento, preparo e consciência profissional.

Essa é uma questão interessante e premente que perpassa a formação docente no país, quer seja a inicial, quer seja a continuada. Abrindo um parêntesis na análise realizada aqui, entendo ser relevante considerar o livro didático a partir do despertar do olhar crítico do professor para esse elemento cultural de apoio em sala de aula. No entanto, devido ao escopo deste trabalho de dissertação, deixo o desafio de pesquisar essa temática para outro momento e, quem sabe, sob a responsabilidade de outro pesquisador que tenha seu interesse despertado a partir da leitura desta dissertação de Mestrado.

⁹ A Lei n.º 7.091, de 18.04.1983, DOU 19.04.1983, revogada pela Lei n.º 9.649, de 27.05.1998, DOU 28.05.1998, alterou a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, que passou a denominar-se Fundação de Assistência ao Estudante (DAHER; FREITAS; SANT'ANNA, 2013, p. 412).

Retomando o foco deste trabalho, a política do livro didático no Brasil foi mudando e, em virtude dessas mudanças, por meio do Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985 (BRASIL, 1985), foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em substituição ao PLIDEF, instituindo algumas alterações relacionadas à distribuição de livros, como assevera Vazquez (2014, p. 78):

Garantir o critério de escolha do livro feita pelos professores;
Aperfeiçoar as especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitar a implantação de bancos de livros didáticos, evitando o descarte anual de livros;
Expandir a oferta destes livros aos alunos de todas as séries do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias;
Finalizar com a participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE.

Assim, essas modificações, foram relevantes para o PNLD, pois a universalização dos livros se expandiu aos alunos matriculados no ensino fundamental (1ª a 8ª série), o que não ocorria anteriormente, além da melhoria na qualidade desses livros. Outro fator pertinente no processo, se deu por meio da contribuição dos professores na escolha desses materiais.

Isso foi um marco para o Programa, pois o professor, é o agente primordial no contexto escolar e em virtude de estar em contato direto com os alunos, vai avaliar os conteúdos e os tipos de práticas didático-pedagógicas para se desenvolver no processo de ensino-aprendizagem.

Porém, Cassiano (op. cit., p. 28) ressalta que, com relação a escolha feita pelo professor,

[...] não implica garantia de que a o livro comprado pelo governo seja efetivamente escolhido pelo professorado, uma vez que esse problema tem uma série de variáveis, incluídas aí, entre outras, aquelas vinculadas às dinâmicas das diferentes gestões escolares e a já conhecida rotatividade do professorado da rede pública brasileira. Ocorre, com frequência, que o professor que escolhe o livro numa escola, estará em outra no próximo ano letivo (CASSIANO, op. cit., p. 28).

Desde sua implementação, o PNLD vem sendo alterado no que diz respeito à seleção e à distribuição das coleções aprovadas às escolas brasileiras. Vazquez (Ibid.) relata que, em 1992, devido às restrições orçamentárias, a distribuição de livros foi comprometida, limitando-se até a 4ª série, os atuais anos iniciais do Ensino Fundamental. Em 1993, o problema foi corrigido por meio da Resolução n.º 6, de 8 de julho de 1993 (BRASIL, 1993), do FNDE, que incorpora recursos fixos para o programa e, assim, garante um fluxo orçamentário para a aquisição de LD no país. Dessa forma, em 1995, de forma gradual, volta a compra do LD para o segundo segmento do Ensino Fundamental, contemplando

as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Na sequência, em 1996, contemplam-se coleções de Ciências e, no ano seguinte, em 1997, as disciplinas de Geografia e de História. Naquele mesmo ano, destaca-se, também, o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997, relacionado ao Ensino Fundamental II.

Nesse processo de avaliação, as coleções de livros didáticos que apresentassem erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo seriam excluídas do processo e, assim, não comporiam o Guia do Livro Didático enviado para as escolas.

Mantovani (op. cit.) assevera também que, em 1995, foram criadas comissões de especialistas por área de conhecimento, incluindo-se professores da Educação Básica, do Ensino Superior e pesquisadores, com o intuito de elaborar os critérios de avaliação. A partir de então, foi estabelecido que o governo compraria somente os livros aprovados pelas comissões.

Em 1996, foi iniciada a primeira de avaliação de livros didáticos, referentes as séries (1ª a 4ª séries) do Ensino Fundamental, distribuídos aos estudantes no ano seguinte — PNLD 1997 (BEZERRA; LUCA, 2006).

Vale ressaltar que, também em 1996, ocorreu a chamada 'Fase II do PNLD', estabelecendo-se a periodicidade trienal por segmento educativo (anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e também, o processo de avaliação pedagógica dos livros que passou a ser realizada a partir dos critérios determinados em edital e que, desde 2002, havia sendo realizada por universidades públicas em convênio com o Ministério da Educação (CASSIANO, 2007; FREITAS; VAZQUEZ, 2016).

Assim, a década de 2000 foi conhecida pela consolidação da distribuição de livros didáticos e pela implementação de vários programas (FREITAS; DAHER; SANT'ANNA, 2013; VAZQUEZ, 2013). Em 2003, o PNLD começou a fornecer livros para o Ensino Médio, o que antes era feito apenas para o Ensino Fundamental. Regulado pelo Decreto n.º 7.084/2010 (BRASIL, 2010), o PNLD passou a selecionar e a distribuir, além de coleções didáticas, acervos complementares para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, dicionários de Língua Portuguesa para todos os anos dos Ensinos Fundamental e Médio e livros para a Biblioteca do Professor e da Escola (FNDE, 2018).

Além disso, em decorrência das ampliações realizadas no programa, a partir de 2001, o atendimento a alunos portadores de deficiência visual passou a ser contemplado, de

forma gradativa, com distribuição de livros didáticos em Braille. Atualmente, os alunos com deficiência são atendidos, também, com livros em Libras, caracteres ampliados e na versão *MecDaisy*¹⁰ (BRASIL, 2018).

As políticas públicas adotadas pelo Estado com relação ao livro didático, apresentam o PNLD como o maior programa de distribuição de livros do mundo, e, devido a sua amplitude, o governo brasileiro tornou-se o maior comprador de LD do país (CASSIANO, op. cit.).

Essa situação fez com que o mercado editorial mundial tivesse seu olhar deslocado para o mercado brasileiro. Nesse sentido, o investimento internacional nas editoras brasileiras passou a ocorrer de forma mais intensa. Como consequência muitas das editoras nacionais foram compradas por grupos editoriais estrangeiros, com destaque para os grupos espanhóis, incentivados também pela chamada “lei do Espanhol” – lei 11.161 (BRASIL, 2005), que tornou obrigatória a oferta do idioma neolatino em todas as escolas brasileiras a partir de 2005, ampliando de forma exponencial o mercado consumidor para material didático na área de Línguas Estrangeiras e, em especial, na área de Espanhol.

Nesse sentido, a seguir, destaco a implementação das Línguas Estrangeiras no processo de aquisição e de distribuição de LD no âmbito do PNLD.

1.3 PANORAMA HISTÓRICO: PNLD — LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

[...] A responsabilidade da escolha do livro didático de língua estrangeira requer da equipe envolvida a compreensão de que esse processo implica compromisso didático-pedagógico. Esse compromisso, ao levar em consideração as circunstâncias histórico-sociais do seu grupo, exige cuidado nas discussões, a fim de que não se trate como homogêneo e simples aquilo que é naturalmente heterogêneo e complexo: o processo de ensino e aprendizagem é dinâmico e plural. Por esse motivo, o livro didático deve ser entendido como uma produção que está vinculada a valores, posições ideológicas, visões de língua, de ensino de língua, de aluno, de professor, e de papel das línguas estrangeiras na escola. BRASIL (2011, n.p.).¹¹

As línguas estrangeiras modernas estão presentes nas escolas brasileiras desde o século XIX. Com a Reforma Couto Ferraz, em 1854¹², incluiu-se, no ensino secundário, o

¹⁰ Tecnologia *Mecdaisy*: é um conjunto de programas que permite transformar qualquer formato de texto disponível no computador em texto digital falado. Mais informações no site:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13786%3Aprograma-amplia-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-ao-converter-texto-em-audio&catid=205&Itemid=826.

¹¹ Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Língua Estrangeira Moderna. — Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

¹² Decreto n.º 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.

Francês, o Inglês, o Alemão e, conforme o “Art. 80, [...] huma das linguas vivas do meio dia da Europa [...]” (BRASIL, 1854), o Italiano, como língua optativa (SOUZA, 2005). O ensino de Espanhol teve sua presença no currículo escolar também no ensino secundário, em 1942, com a Reforma Capanema (DAHER, FREITAS e SANT’ANNA, 2013).

Com as alterações realizadas no PNLD ao longo dos anos, houve um avanço significativo para a compra de livros destinadas ao ensino de línguas, incluindo o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (LEM), Inglês e Espanhol, atendendo aos anos finais do Ensino Fundamental, em 2011, e o Ensino Médio, em 2012. Sobre a inclusão desse componente, Daher, Freitas e Sant’Anna (2013, p. 2) destacam:

Trata-se, portanto, da inclusão da língua estrangeira numa política pública que, até então, atendia a quase todas as demais disciplinas do currículo escolar. Como produções históricas, atravessadas por visões de trabalho de professor de línguas, do que é língua, do que é ensinar língua estrangeira na escola regular, do que é o aluno de línguas dessa escola [...].

Para as pesquisadoras, os primeiros investimentos do governo federal com livros didáticos de língua estrangeira ocorreram em 2005, com a aquisição de materiais de Língua Espanhola para professores do Ensino Médio, em função da implantação da Lei 11.161/2005 (BRASIL, 2005), que instituiu a obrigatoriedade de oferta do Espanhol no Ensino Médio¹³, e, em 2006, com a distribuição de dicionário enciclopédico ilustrado trilingue Libras/Português/Inglês para alunos surdos que se comunicam em Libras da 1ª à 4ª séries (FNDE, 2013).

No que concerne ao edital que rege o processo de avaliação das obras didáticas no âmbito do PNLD, os componentes de Língua Estrangeira Moderna seguem as mesmas atribuições que as demais disciplinas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Após a inscrição das coleções, é realizada a análise técnica e documental relacionada à qualidade da impressão, ao tipo do papel, à formatação, entre outros critérios. As coleções são submetidas à avaliação pedagógica sob a responsabilidade do coordenador de área e do coordenador institucional da universidade parceira do MEC, com o apoio da Comissão Técnica. A equipe de avaliação é composta, portanto, pelo coordenador de área, pelo coordenador institucional, por coordenadores adjuntos, avaliadores e leitores críticos, além de revisores, estagiários e pessoal de apoio (DAHER, FREITAS e SANT’ANNA, op. cit.).

Segundo Vazquez (2014, p. 81),

¹³ Hoje revogada pela Medida Provisória 746/16 (BRASIL, 2016), convertida na Lei 13.415/17 (BRASIL, 2017).

Após a seleção técnica, os livros didáticos são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) onde passam por uma análise pedagógica. Esta parte do processo é realizada por universidades federais designadas pelo MEC, que compõem equipes de professores da área. Esses profissionais, através de uma dupla-cega, analisam os materiais e elaboram uma resenha de cada livro aprovado que irá compor o Guia de Livros Didáticos, caso a coleção seja aprovada. É através desse guia que a comunidade escolar pode, democraticamente, escolher as obras que serão adotadas nas escolas.

As coleções que não apresentam os critérios previstos em edital, são automaticamente eliminadas.

Nos anos subsequentes, a avaliação e a escolha dos livros de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), como também dos outros componentes curriculares, continuam sendo realizadas em ciclos trienais alternados, englobando as modalidades do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Além disso, um fator importante para alunos e professores das escolas públicas é o acesso a livros didáticos acompanhados de CD de áudio (CANELO DE RAMÍREZ, 2014).

Teixeira (2018, p. 338) destaca ainda que,

Diferindo de outros componentes curriculares do segundo ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, os quais, em sua maioria, possuem livros reutilizáveis, a Língua Estrangeira Moderna trouxe uma inovação para o PNLD, permitindo que os livros didáticos para o ensino de Espanhol e de Inglês distribuídos às escolas públicas que aderiram ao programa fossem consumíveis, possibilitando aos alunos a realização das atividades no próprio livro. Dessa forma, os alunos passaram a permanecer com os livros didáticos ao final do ano, podendo servir como fonte de consulta, de pesquisa e de estudos.

No entanto, no último edital de convocação, os componentes curriculares Inglês e Espanhol vieram separados e os livros voltaram a ser reutilizáveis. Como mostra o Edital/2018, apresentados nos itens:

3.1.9. As coleções dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna Inglês, Língua Estrangeira Moderna Espanhol, Física, Química e Biologia serão compostas de livros reutilizáveis. (BRASIL, 2016).

No que concerne aos editais que propuseram processo de avaliação de livros didáticos do componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Freitas e Vazquez (2016, p. 2) ressaltam que houve “[...] dois processos de avaliação dos

anos finais do Ensino Fundamental (2011 e 2014) e dois do Ensino Médio (2012 e 2015) concluídos”.

Outra característica inovadora trazida de forma especial pelo processo de avaliação dos livros didáticos de LEM (Inglês e Espanhol) foi o fato de que, para seguirem ao disposto nos critérios específicos para esse componente curricular nos editais do PNLD, as coleções de Espanhol e de Inglês, que antes eram, em sua maioria, produzidas conforme os padrões internacionais, para serem vendidas a qualquer escola no mundo, passaram a contemplar características da pluralidade sociolinguística, cultural e étnica dos povos falantes do idioma estudado e, principalmente, do Brasil, tornando o livro didático para ensino de LEM (Inglês e Espanhol) nas escolas brasileiras um material com a ‘cara do Brasil’.

Além disso, em 2017, inicia-se a Fase III do programa a partir de duas grandes mudanças. Destaco como a principal, que fez com que a parceria que as Universidades tinham com o Programa, atualmente, não exista mais, no que concerne a coordenar o processo de avaliação dos livros didáticos do PNLD. A responsabilidade de avaliar e indicar os avaliadores ficou a cargo do Ministério da Educação – MEC que cria uma comissão técnica específica para o processo de avaliação, conforme consta no Decreto n.º 9.099 de 18 de julho de 2017 (BRASIL, 2017).

Art. 10. A avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD será coordenada pelo Ministério da Educação com base nos seguintes critérios, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros que venham a ser previstos em edital:

- I - o respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação;
- II - a observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- III - a coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica;
- IV - a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;
- VI - a observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita;
- VII - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; e
- VIII - a qualidade do texto e a adequação temática.

Art. 11. A etapa de avaliação pedagógica contará com comissão técnica específica, integrada por especialistas das diferentes áreas do conhecimento correlatas, cuja vigência corresponderá ao ciclo a que se referir o processo de avaliação, a qual terá as seguintes atribuições:

- I - subsidiar a elaboração do edital de convocação, inclusive quanto à definição dos critérios para a avaliação pedagógica e a seleção das obras;
- II - orientar e supervisionar a etapa de avaliação pedagógica;
- III - validar os resultados da etapa de avaliação pedagógica; e
- IV - assessorar o Ministério da Educação nos temas afetos ao PNLD.

Sobre a questão, os avaliadores continuam sendo professores especialistas da Educação Básica e do Ensino Superior, e pesquisadores.

No entanto, o que muda é que não são mais diretamente indicados pelas Instituições de Ensino Federais, mas pelas instituições que compõem a Portaria n.º 1.321, de 17 de outubro de 2017 (BRASIL, 2017) (ANEXO A), muitas das quais são ONGs vinculadas ao conglomerado que detêm os direitos das editoras, dos livros, já que são donos das editoras e outros porque são instituições que não tem nenhum vínculo com formação de professores e que não atuam em sala de aula. Um exemplo disso, na área de Letras a representante é a Academia Brasileira de Letras (ABL) que tradicionalmente é uma instituição cujos membros muitas vezes não são professores, não formam professores e muito menos trabalham com a Educação Básica ou com material didático.

Cabe aqui questionar os procedimentos adotados, as definições, uma vez que a comissão continua sendo formada por especialistas.

Com essa mudança, as Universidades não terão mais a oportunidade de organizar o processo, de responder por esse processo, uma vez que quando tinha a parceria da universidade, tinha também um rol de pesquisas que eram desenvolvidas, porque toda uma equipe da universidade se debruçava, os pesquisadores tinham um olhar observador sobre todas as etapas do processo de avaliação. As Universidades estão representadas em parte no processo, e não mais como um todo. Destaco aqui a participação do meu orientador, que faz parte do grupo de avaliadores, minha pesquisa foi motivada também por sua experiência no PNLD, por observar uma parte no processo e não só sobre avaliação. Na Especialização, investiguei sobre os critérios específicos diretamente no livro didático; nessa dissertação está incluída também, a observação no processo.

Outra mudança que destaco ocorreu em 2018, com o último edital de convocação das instituições públicas de ensino superior, pois não apresentou mais o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) numa única área, agora, o edital separou esses dois componentes, ficando Língua Estrangeira Moderna (Inglês) e Língua Estrangeira Moderna (Espanhol), o que anteriormente vinha junto. O que para a maioria poderia significar o fortalecimento dessas duas áreas, uma vez que passa a ter Inglês e Espanhol separados, para alguns profissionais, pode causar o desaparecimento de uma delas.

A Chamada Pública SEB/MEC nº 42/2016 (BRASIL, 2016) apresenta, conforme o Item 2.1.,

[...] A presente Chamada Pública tem por objetivo selecionar até 13 (treze)

Instituições Públicas de Educação Superior brasileiras para realizar a avaliação pedagógica das obras didáticas destinadas aos alunos e professores do ensino médio, e o elaborar o Guia do PNLD 2018 sobre as obras aprovadas. Serão selecionadas instituições para avaliar os seguintes componentes curriculares:

- 2.1.1. Arte
- 2.1.2. Biologia
- 2.1.3. Filosofia
- 2.1.4. Física
- 2.1.5. Geografia
- 2.1.6. História
- 2.1.7. Língua Estrangeira Moderna (Espanhol)
- 2.1.8. Língua Estrangeira Moderna (Inglês)
- 2.1.9. Língua Portuguesa
- 2.1.10. Matemática
- 2.1.11. Química
- 2.1.12. Sociologia

Para Teixeira (2018, p. 340), “essa ação pode ser uma estratégia que reforça a atual política linguística e educacional brasileira, destacando apenas uma língua, o Inglês, em detrimento das demais e das especificidades das distintas regiões do país”.

Sobre essa questão, não se sabe como vai ficar o futuro do Espanhol com a separação no edital.

A seguir, apresento os procedimentos metodológicos que servirão de base para a pesquisa.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

[...] Pesquisar é procurar resposta para algo que não se conhece e que é necessário conhecer. A pesquisa auxilia no esclarecimento de uma indagação, uma dúvida. É nisto que está a beleza do achado da pesquisa: a descoberta, o conhecimento novo que é produzido pelo ato de pesquisar.

Marli Eliza Dalmazo Afonso de André¹⁴

Neste capítulo, apresento os aspectos metodológicos utilizados neste trabalho. São apresentados a abordagem metodológica escolhida, o contexto, os participantes e, em seguida, os instrumentos e procedimentos de geração de dados.

2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

De acordo com Galliano (1979, p. 32), o método científico

[...] é um instrumento utilizado pela Ciência na sondagem da realidade, mas um instrumento formado por um conjunto de procedimentos, mediante os quais os problemas científicos são formulados e as hipóteses científicas são examinadas.

Segundo o pesquisador, o que o método científico proporciona “[...] é uma orientação geral que facilita ao cientista planejar sua investigação, formular suas hipóteses, realizar suas experiências e interpretar seus resultados” (GALLIANO, 1979, p. 32). Para ele, o cientista precisa elaborar suas hipóteses a partir de questionamentos pertinentes para alcançar resultados na investigação.

Nessa direção, utilizo alguns procedimentos científicos para embasar esta pesquisa.

Existem várias abordagens metodológicas que assumem diferentes técnicas de investigação e enfoques voltados ao objeto de estudo, cada uma com suas características próprias. A seguir, especifico a metodologia adotada nesta pesquisa.

Esta investigação segue a abordagem qualitativa. Conforme fundamenta Minayo (1994, p. 22), “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações, e relações humanas, um lado não perceptível, não captável em equações, médias e estatísticas”. Para a autora, a pesquisa qualitativa se preocupa em responder aos questionamentos muito particulares, com nível de realidade que não pode ser quantificado.

¹⁴ ANDRÉ, M. E. D. A. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, M. (org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2016.

Seguindo a abordagem qualitativa, utilizo os recursos da pesquisa bibliográfica, impressa e telematizada, e da pesquisa documental.

Para Cervo e Bervian (1983, p. 55), a pesquisa bibliográfica

[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55).

Nessa perspectiva, Moresi (2003) ressalta que a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, materiais disponíveis ao público em geral. Logo, a pesquisa bibliográfica pode ser impressa ou telematizada, procurando informações em recursos que combinam o uso do computador e as telecomunicações, principalmente as pesquisas na *Internet*.

Para o desenvolvimento deste trabalho, essas abordagens metodológicas são utilizadas de maneira integral com a pesquisa descritiva.

No que concerne à pesquisa descritiva, Cervo e Bervian (1983) afirmam que o pesquisador vai observar, registrar e analisar os fatos sem manipulá-los, procurando descobrir a frequência com que os fenômenos ocorrem, verificando sua relação, características e conexão com outros fenômenos.

Ressaltam ainda que a pesquisa descritiva

[...] busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 56).

Existem várias formas de pesquisa descritiva, destacando-se: os estudos exploratórios, os estudos descritivos, a pesquisa de opinião, a pesquisa de motivação, o estudo de caso e a pesquisa documental. Dentre elas, para este trabalho, utilizo: a) a pesquisa documental, ancorada à pesquisa bibliográfica, visando analisar documentos, obras, edital e guia do PNLD, decretos e leis sobre as políticas linguísticas relacionadas ao livro didático de Língua Espanhola; e b) técnicas de estudo de caso, por meio de questionários e de entrevista que procuram verificar o perfil do participante e os procedimentos para a escolha do livro didático.

Utilizo a pesquisa documental, uma vez que a investigação se realiza por meio de documentos, com a finalidade de descrever e de comparar os usos e os costumes, os comportamentos, as diferenças e outras características da realidade presente (CERVO;

BERVIAN, 1983). Além de ser documental, é também uma pesquisa etnográfica, pois lança mão de geração de dados a partir de questionários e entrevista.

Vale destacar que os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa serviram de apoio para alcançar os objetivos e conseguir as respostas das perguntas de pesquisa citadas anteriormente no capítulo introdutório.

Na sequência, apresento o ambiente onde aconteceram as investigações, as quais serão relevantes para a pesquisa.

2.2 CONTEXTO DA PESQUISA

Nesta seção, apresento as escolas que constituem o cenário da presente pesquisa. Essas escolas, que aderiram ao Programa Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), fazem parte da Rede Estadual de Educação do Amazonas e oferecem a Língua Espanhola no Ensino Médio.

Tomando como base o contexto linguístico em que essas escolas estão inseridas e a implementação do ensino de Espanhol no Amazonas por meio de várias ações glotopolíticas já citadas anteriormente, apresento as quatro instituições públicas participantes, sendo duas na capital, Manaus, e duas no interior do Estado, região do médio rio Negro, no município de Barcelos, e outra no alto rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, regiões com um contexto linguístico riquíssimo e plural. Vale ressaltar que os nomes das escolas e dos participantes são mantidos em sigilo, preservando a identidade deles.

Conforme determinação da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), o ensino de Espanhol ocorre do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio, sendo ministrado em duas aulas semanais, de cinquenta minutos cada.

Na capital, destaco as escolas que atendem alunos do Ensino Médio, sendo a Escola A pertencente à Coordenadoria Distrital 7, localizada na zona norte da cidade, e a Escola B, à Coordenadoria Distrital 6, também localizada na zona norte. Em Barcelos, apresento a Escola C, e em São Gabriel da Cachoeira, a outra escola, chamada de Escola D.

Cabe ressaltar que foram escolhidos esses municípios por alguns motivos. Primeiramente, pela importância dada ao ensino do idioma nesses municípios, pois são regiões com uma grande pluralidade de línguas. Na capital, Manaus, por concentrar o maior número de professores e, principalmente, pelo grande fluxo de hispânicos, em

especial, os vindos da Venezuela devido à situação política que estão vivenciando nos últimos tempos.

O que me motivou a escolher São Gabriel da Cachoeira foi a realidade plural que a região assume, como afirma Teixeira (2014). É uma região em que, por ser uma cidade fronteiriça, o Espanhol é uma língua que assume várias funções, como:

- comunicação entre turistas estrangeiros e moradores locais;
- negociação entre vendedores e comerciantes hispânicos e moradores locais;
- atendimento de profissionais da saúde, médicos e enfermeiros à população local;
- comunicação entre parentes e amigos brasileiros e hispânicos que vivem na fronteira;
- uso familiar, cotidiano e, também, por ser uma língua de instrução.

Vale destacar que a intenção em contemplar alguns setores da capital e municípios do interior é ter uma visão mais ampla da situação sobre a escolha do livro didático no Amazonas, não concentrando somente na capital.

Barcelos e São Gabriel foram escolhidos porque são municípios que possuem professores de Espanhol formados e se dispuseram a participar desta pesquisa. Manaus, porque é a cidade onde resido e atuo, por ter uma grande concentração de professores de Espanhol e devido às participantes se disponibilizarem a participar da pesquisa.

Apresento, a seguir, os participantes da pesquisa.

2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para este estudo, participaram quatro professoras da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, graduadas em Letras — Língua Espanhola, pela Universidade Federal do Amazonas (na capital) ou pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica — PARFOR/UFAM, por meio do Curso de Letras — Língua Espanhola — PARFOR, no interior. São duas docentes na capital, Manaus, e duas no interior do Estado: Barcelos e São Gabriel da Cachoeira.

Vale destacar que, anteriormente, a pesquisa seria feita com dez participantes, a intenção era com cinco na capital e cinco no interior do Estado, porém, no decorrer do processo, somente quatro participaram, acredito que a não participação ocorreu pelo fato

de não terem disponibilidade para responder aos questionários ou até mesmo por não quererem se comprometer ou prejudicar suas atividades pedagógicas na escola.

Os critérios para o recorte desses participantes foram: serem professores da Rede Estadual de Ensino, serem graduados em Letras — Língua Espanhola e atuarem na Educação Básica na modalidade regular.

Assim, as professoras Alice e Gabriela atuam na capital, Manaus. No interior, a Isabela leciona em Barcelos, e Maria atua em São Gabriel da Cachoeira. Vale recordar que os nomes dados às participantes são fictícios.

Na sequência, detalho os instrumentos e os procedimentos para a geração de dados.

2.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS

Como instrumentos e procedimentos para geração de dados, recorro às técnicas da pesquisa descritiva. Segundo Cervo e Bervian (1983, p. 155), “[...] a coleta de dados, tarefa importante numa pesquisa, envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta”.

Nessa esteira, apresento alguns procedimentos científicos que embasaram a pesquisa. A priori, foi realizado levantamento primário com base na pesquisa bibliográfica, impressa e telematizada, a fim de localizar este trabalho no estado da Arte da área pesquisada. Além disso, foi realizado levantamento secundário também com base em pesquisa bibliográfica, apoiada pela pesquisa documental, em que foram analisados documentos como Leis e Resoluções nacionais, estaduais e municipais que tratam sobre o ensino da Língua Estrangeira, além de Editais, com base em documentos e em obras sobre o histórico do livro didático no Brasil com ênfase ao PNLD. Ressalto que, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), as participantes foram informadas sobre o assunto da pesquisa, esclarecendo, assim, as suas dúvidas. Posteriormente, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deu parecer favorável a este estudo, conforme Anexo B.

Além disso, utilizei outros instrumentos para a fase de geração de dados neste estudo, conforme o seguinte.

2.4.1 Questionários

No que diz respeito ao questionário, Cervo e Bervian (1983) afirmam que “[...] o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. [...] Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com o problema central” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 159).

Os investigadores comentam que “[...] é necessário que se estabeleça, com critério, quais as questões mais importantes a serem propostas e que interessam ser conhecidas, de acordo com os objetivos” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 159).

Nesta pesquisa, foram aplicados dois questionários: o questionário de perfil (APÊNDICE B) e o investigativo (APÊNDICE C). Esses questionários foram elaborados com base em instrumentos existentes, encontrados em Monteiro (2014) e em Teixeira (2014). Busquei utilizar perguntas fechadas e abertas, de fácil aplicação.

No que se refere ao questionário de perfil, teve como objetivo fazer um levantamento para traçar o perfil das professoras participantes.

O questionário investigativo teve como objetivo adquirir respostas às perguntas de pesquisa mencionadas na introdução deste trabalho. Esse instrumento foi elaborado com onze perguntas, para obter informações relacionadas à escolha do livro didático na escola. Os dois instrumentos foram ajustados satisfatoriamente por meio de pilotagem realizada anteriormente com três outros professores informantes.

Além disso, utilizei outro recurso de geração de dados, a entrevista, que contribuiu para a análise e para os resultados.

2.4.2 Entrevista

Com relação à entrevista, para esta seção, sigo as recomendações de Cervo e Bervian (1983),

A entrevista não é simples conversa. É conversa orientada para um objetivo definido: recolher, através do interrogatório do informante, dados para a pesquisa. [...] possibilita registrar, além disso, observações sobre a aparência, sobre o comportamento e sobre as atitudes do entrevistado [...]. (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 157–159).

Esse instrumento tem suas vantagens, pois complementa o questionário, por meio das indagações ao investigado durante a entrevista, possibilitando interação entre

pesquisador e participante. De acordo com Moresi (2003), a entrevista pode ser: a) padronizada ou estruturada; e b) despadronizada ou não estruturada.

Para a obtenção de dados nesta pesquisa, optei pela entrevista padronizada, seguindo um roteiro previamente estabelecido (APÊNDICE D), com base nas questões mencionadas no questionário investigativo. A entrevista foi realizada por áudio, via *WhatsApp*, para posterior transcrição.

Para tanto, utilizei as técnicas de introspecção, denominadas de protocolo verbal.

2.4.3 Protocolo verbal

Nesta seção, apresento um dos recursos de coleta de dados que se dá por meio da entrevista gravada, a técnica de introspecção, chamada de protocolo verbal.

O método de introspecção surgiu no campo da Psicologia no final do século XIX, com o objetivo de desenvolver os estudos dos processos mentais do pensamento.

Essa técnica tem sido usada também em diversas áreas do conhecimento com atenção à investigação dos processos mentais desenvolvidos no pensamento do participante.

De acordo com Tavares (1993, p. 37), “Introspecção é o termo padrão usado em psicologia e em linguística aplicada para referir-se genericamente a diferentes métodos de investigação de processos mentais”. Para Teixeira (2014), tais métodos dão ênfase aos estudos com foco no processo de ensino-aprendizagem de línguas, envolvendo as pesquisas dos processos de leitura e o mais recente, no tradutório.

As técnicas de introspecção, conhecidas também como relato de protocolo verbal, são de natureza qualitativa e objetivam estudar o que se passa no pensamento do participante durante a realização de uma tarefa (CORRÊA; NEIVA, 2000).

No que diz respeito ao protocolo verbal, Fujita (2009, p. 51) aponta que

Essa técnica consiste em analisar todo processo de verbalização do participante enquanto realiza sua atividade, com o mínimo de interação com o pesquisador. Essa exteriorização é gravada e transcrita literalmente, produzindo protocolos verbais. Protocolos são, geralmente, definidos como relatos verbais dos processos mentais conscientes dos informantes. (FUJITA, 2009, p. 51).

Ainda de acordo com a autora, essa técnica fornece informações sobre etapas do processo individual, como as verbalizações e os movimentos com os olhos, desenvolvendo seus processos mentais, mantendo as informações processadas (FUJITA, 2009).

A partir dessas técnicas introspectivas, Teixeira (2014, p. 141) ressalta que “[...] a coleta de dados se dá por meio de manifestações, declarações e informações, verbalizadas pelo professor durante e/ou após o processo investigatório”.

Segundo Corrêa e Neiva (2000), existem dois tipos de técnicas introspectivas: a introspecção do processamento corrente e a retrospecção. A primeira, o tipo “introspecção do processamento corrente”, é classificada em duas técnicas: a de “pensar alto”, que requer que o participante da pesquisa, antes de oralizar o que lhe vem à mente, produza uma codificação verbal da informação acessada durante a resolução de um problema. A técnica de “pensar alto”, conforme aponta Teixeira (2014, p. 141), dá-se a partir do momento em que o sujeito informante verbaliza oralmente seu pensamento corrente durante o processo, sem que exista qualquer tipo de análise.

No que se refere à segunda técnica introspectiva, a retrospecção, está subdividida em dois tipos: a retrospecção imediata e a retrospecção protelada. Na imediata, o sujeito informante da pesquisa deve realizar o relato em até trinta minutos após a execução da tarefa; na protelada, o relato ocorre a partir de um intervalo de trinta minutos da finalização da tarefa.

Essas técnicas e os instrumentos supracitados complementaram a geração de dados no processo de investigação da pesquisa, permitindo acessar a características presentes no desenvolvimento cognitivo dos informantes que os demais instrumentos de coleta não permitem, tais como: nuances e detalhes das respostas — hesitações, reformulações, pausas, afirmações categóricas etc.

No próximo capítulo, apresento a análise dos dados.

3 ANÁLISE DE DADOS

Interpretar pode ser considerada a arte de dar seu próprio significado a seus dados recompostos e arranjos de dados. Esta fase articula toda a análise e ocupa seu topo. [...] Dados não falam “por si mesmos”. A ocasião mais próxima pode ser quando a interpretação de todas as pessoas do mesmo conjunto de dados tende a coincidir. Entretanto, tal convergência de opiniões pode não ocorrer exceto em raras circunstâncias. Assim, a qualidade de sua interpretação pode fazer a diferença no modo como seu estudo é visto.

*Robert Yin*¹⁵

Neste capítulo, apresento e analiso os dados que complementam a pesquisa, apoiados pela pesquisa bibliográfica impressa e telematizada, e pela pesquisa documental, abordadas no capítulo de Fundamentação Teórica. Os instrumentos de geração de dados foram: questionários de perfil e investigativo, entrevista e o apoio das técnicas de protocolo verbal, que me permitiram responder às duas perguntas da pesquisa apresentadas no capítulo introdutório desta investigação:

Como é feito o processo de escolha do livro didático para o ensino de Espanhol na Rede Estadual de Ensino do Amazonas?

Quem realiza efetivamente a escolha do livro didático disponibilizado pelo PNLD nas escolas pesquisadas?

Para organizar o trabalho, apresento os dados e logo faço sua análise.

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir, apresento os dados obtidos por meio dos questionários de perfil e investigativo, na sequência, os dados adquiridos na entrevista com o apoio de técnicas de protocolo verbal, juntamente à sua análise.

3.1.1 Questionário de Perfil

No que se refere ao questionário de perfil¹⁶, apresento as seguintes informações. Na primeira pergunta, procurei saber o nome das participantes. A segunda foi utilizada para confirmar a formação das professoras. Assim sendo, todas confirmaram ser formadas em

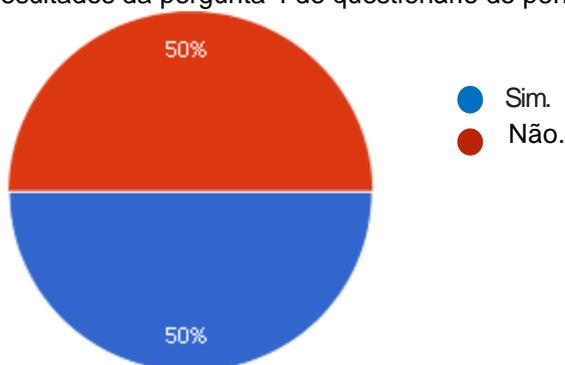
¹⁵ YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

¹⁶ Apêndice B — Questionário de Perfil.

Letras — Língua Espanhola, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A terceira pergunta estava relacionada à coordenadoria de atuação das participantes na SEDUC. No entanto, foi verificado que duas participantes residentes na capital Manaus atuavam em coordenadorias diferentes e as demais atuavam, uma, na coordenadoria do município de Barcelos, e a outra, na coordenadoria do município de São Gabriel da Cachoeira.

Na quarta pergunta, verifiquei se, além do Ensino Médio, lecionavam para o Ensino Fundamental. Assim, constatei que duas participantes lecionavam somente no Ensino Médio, e as outras duas lecionavam para a Ensino Fundamental e para o Médio. Os resultados são mostrados por meio do gráfico a seguir.

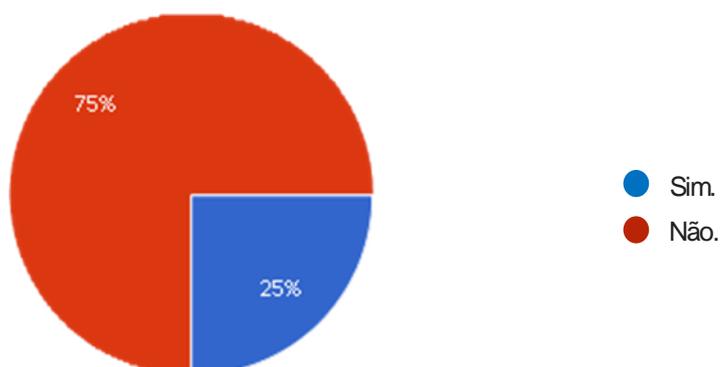
Gráfico 1 — Resultados da pergunta 4 do questionário de perfil



Conforme apresentado no gráfico, 50% das participantes trabalhavam com outro nível de ensino.

A quinta pergunta tinha como objetivo saber se, além de trabalharem na modalidade regular de ensino, lecionavam em outra modalidade. Das respostas obtidas, somente uma participante respondeu que lecionava para Educação de Jovens e Adultos (EJA). O resultado obtido se encontra no gráfico abaixo.

Gráfico 2 — Resultados da pergunta 5 do questionário de perfil



De acordo com o gráfico 2, 75% contestaram que não lecionavam, os outros 25% lecionavam também para essa modalidade.

Na sequência, a sexta pergunta desse questionário estava direcionada à carga horária semanal do componente curricular na escola. Todas responderam que são duas horas destinadas à disciplina de Língua Espanhola, porém uma participante informou que, conforme a Matriz Curricular Indígena, o ensino do idioma teria somente a carga horária semanal de uma hora.

Por meio dos resultados obtidos nas respostas, busquei traçar um panorama das participantes para este questionário de perfil, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 — Panorama do perfil das participantes

Nº	Nome fictício	Formação acadêmica	Coordenadoria da SEDUC-AM em que atua	Leciona Espanhol no Ensino Médio?	Leciona Espanhol no Ensino Fundamental?	Leciona Espanhol na EJA?
1	Alice	Letras — Língua Espanhola	07	Sim	Não	Não
2	Gabriela	Letras — Língua Espanhola	06	Sim	Não	Não
3	Isabela	Curso Normal Superior e Letras — Língua Espanhola	Barcelos	Sim	Sim	Sim
4	Maria	Letras — Língua Espanhola	São Gabriel da Cachoeira	Sim	Sim	Não

Fonte: elaborado pela autora, com base no Questionário de Perfil.

3.1.2 Questionário Investigativo

Nesta seção, apresento as informações obtidas por meio do segundo questionário investigativo¹⁷, formado por perguntas direcionadas ao livro didático, apresentadas a seguir.

A primeira pergunta foi direcionada à identidade de cada participante.

¹⁷ Apêndice C – Questionário Investigativo.

A segunda teve como objetivo verificar a importância do LD para essas docentes. As respostas obtidas foram tabuladas abaixo.

Quadro 3 — Resultados da pergunta 2 do questionário investigativo

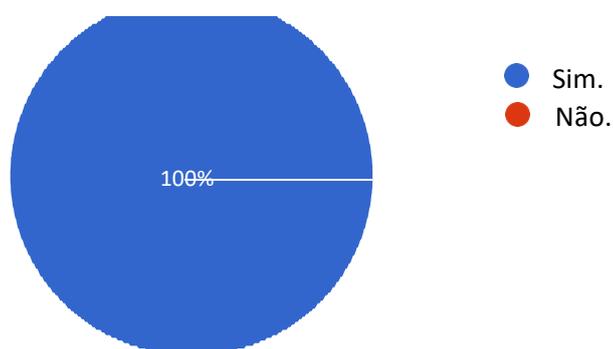
Participantes	Importância do livro didático
Alice	Auxilia no processo de ensino e aprendizagem.
Gabriela	É um suporte para o trabalho do professor.
Isabela	Auxilia na organização de conteúdos e atividades.
Maria	É importante para o trabalho pedagógico e o planejamento das aulas.

Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 2 do Questionário Investigativo.

As respostas obtidas foram significativas, um total de 100% afirmaram ser um material relevante para o processo de ensino-aprendizagem, que auxilia na organização do trabalho pedagógico, na organização dos conteúdos, das atividades e que, também, é importante para o planejamento das aulas.

A terceira pergunta buscou saber se, nas escolas das participantes, existe livro didático para o ensino de Espanhol. Os resultados foram tabulados a seguir.

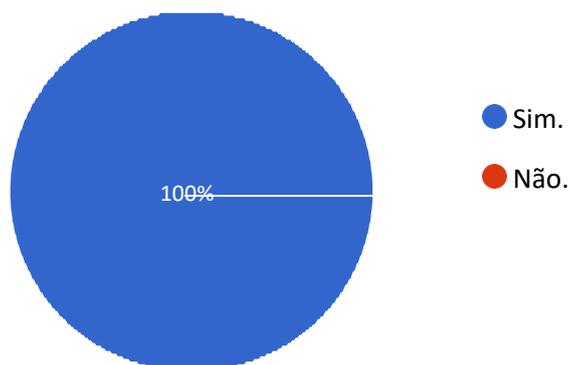
Gráfico 3 — Resultados da pergunta 3 do questionário investigativo



Assim, 100% confirmaram que as escolas onde lecionavam possuem LD para o ensino de Língua Espanhola.

Na sequência, a quarta pergunta procurou saber se a escola participava do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Os resultados foram tabulados a seguir.

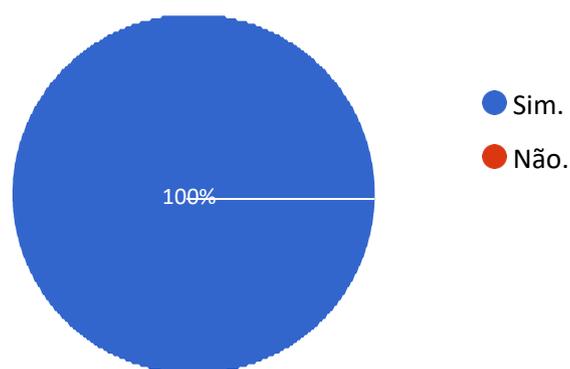
Gráfico 4 — Resultados da pergunta 4 do questionário investigativo



As informações obtidas foram significativas, 100% em seu total.

Na sequência, a quinta pergunta teve como objetivo saber se as participantes tinham interesse em utilizar o livro didático selecionado no PNLD em suas aulas. Para essa questão, deixei também uma pergunta aberta, para que as participantes pudessem se expressar ou justificar suas respostas, caso assim o desejassem. O resultado foi tabulado a seguir.

Gráfico 5 — Resultados da pergunta 5 do questionário investigativo



Foi constatado que 100% tem interesse em usar esse material didático. Em complemento à quinta questão, buscando descobrir a justificativa com relação ao uso do livro disponibilizado pelo PNLD, as respostas mais significativas foram as seguintes:

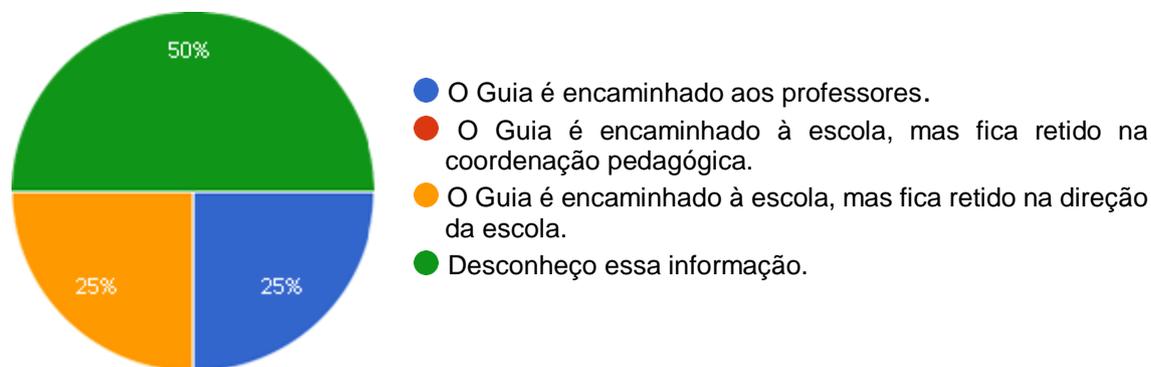
- a) serve como apoio e suporte para o professor, auxiliando em seu trabalho, além do planejamento das aulas;
- b) serve também como um suporte para o aluno juntamente na busca de informações para adquirir conhecimento.

As próximas perguntas estão voltadas aos procedimentos de seleção do LD do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

A sexta questão estava relacionada ao Guia do PNLD, no intuito de descobrir se as participantes da pesquisa conheciam e tinham acesso ao documento.

Os dados adquiridos estão dispostos no gráfico seguinte.

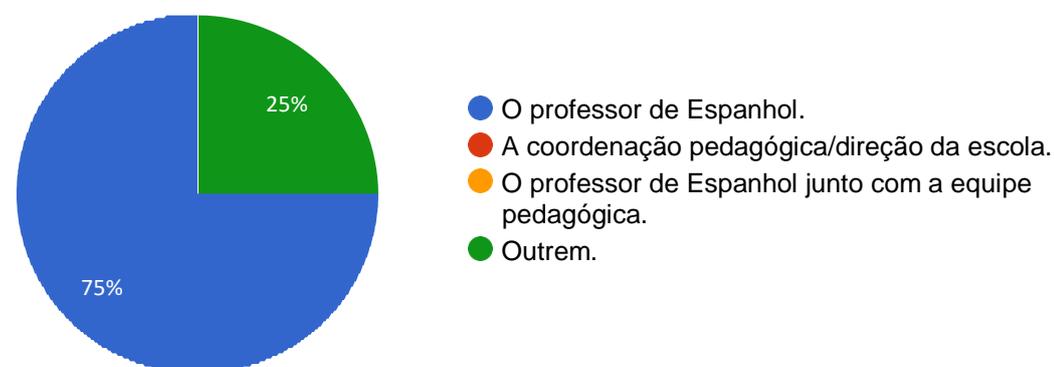
Gráfico 6 — Resultados da pergunta 6 do questionário investigativo



Segundo as informações obtidas, 25% dos participantes afirmaram que o Guia é encaminhado aos professores; outros 25% disseram que é encaminhado à escola, mas que fica retido na Direção. Cerca de 50% informaram que desconhecem a informação sobre o Guia, o que me chamou a atenção, dado que é um importante documento no processo de escolha do LD a ser adotado pelas escolas.

A sétima pergunta teve o intuito de verificar como se dá efetivamente a escolha do livro didático. Esses dados estão presentes no gráfico a seguir.

Gráfico 7 — Resultados da pergunta 7 do questionário investigativo



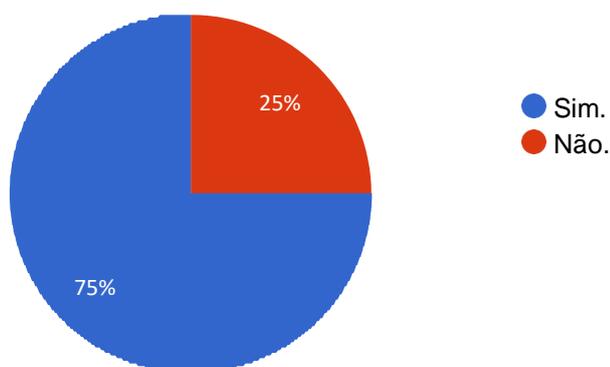
De acordo com os dados obtidos, 75% dos participantes afirmaram que quem escolhe o livro didático é o professor de Espanhol, um fator relevante para a pesquisa. Os

outros 25% responderam que é a equipe pedagógica a responsável pela escolha, incluindo a Direção, a Coordenação e, também, os professores em conjunto.

A oitava pergunta teve como objetivo saber se as editoras que tiveram suas coleções aprovadas no PNLD estabelecem contato com a escola para divulgar os livros.

Esses dados estão presentes no gráfico a seguir.

Gráfico 8 — Resultados da pergunta 8 do questionário investigativo

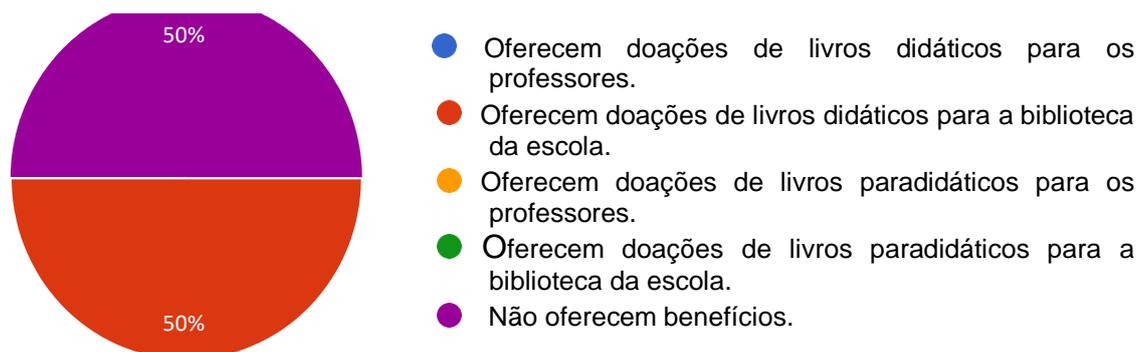


De acordo com as respostas fornecidas, 75% dos participantes afirmaram que há contato entre editora e escola. Os 25% restantes disseram que as editoras não mantêm contato com a escola.

Buscando complementar a questão anterior, a nona pergunta objetivou verificar que benefícios as editoras oferecem para a escola.

Apresento a seguir, por meio do gráfico abaixo, as informações obtidas por meio dessa pergunta.

Gráfico 9 — Resultados da pergunta 9 do questionário investigativo



Assim, 50% das participantes afirmaram que as editoras oferecem algum tipo de benefício, como doações de livros didáticos, de gramáticas e de dicionários para a biblioteca da escola ou para o próprio professor, os 50% restantes responderam que não oferecem.

Na décima pergunta, o objetivo foi verificar quais critérios os professores utilizam para escolher o LD que vai para a escola.

Apresento o quadro com as informações a seguir.

Quadro 4 — Resultados da pergunta 10 do questionário investigativo

Quantidade	Critérios para a escolha do livro didático	Porcentagem
00	A qualidade do tipo de papel (se é brilhante, fosco ou colorido etc.)	00%
00	A nacionalidade do autor (se é brasileiro ou hispânico)	00%
00	A quantidade de páginas	00%
02	Os recursos de apoio que acompanham o livro, como CD, DVD ou outros	50%
03	A proposta temática, os conteúdos, as competências desenvolvidas	75%
03	A coerência entre a proposta do livro com a proposta pedagógica da escola	75%
00	Benefícios oferecidos pelas editoras	00%
00	Outro critério	00%

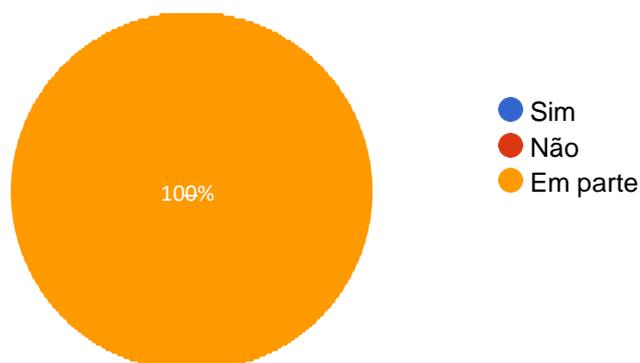
Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 10 do Questionário Investigativo.

Pelos dados obtidos, conforme consta no quadro 3, apenas 50% assinalaram que escolhem com base nos recursos que acompanham o livro. 75% das participantes afirmam que os critérios que utilizam estão relacionados à proposta temática, aos conteúdos, às competências desenvolvidas, além da coerência entre a proposta do livro e a proposta pedagógica da escola.

A última pergunta do questionário teve o intuito de verificar se as professoras das escolas utilizam o LD em seu cotidiano escolar.

Apresento as informações obtidas no gráfico abaixo.

Gráfico 10 — Resultados da última pergunta do questionário investigativo



100% afirmaram que usam, porém, em parte. Em suas justificativas, relataram que sempre utilizam com o apoio de outro recurso didático.

A seguir, apresento as entrevistas seguidas das análises.

3.1.3 Entrevistas

É importante salientar que a entrevista foi utilizada para obtenção de dados nesta pesquisa por ser um instrumento que possibilita a interação entre o pesquisador e o participante. As entrevistas foram realizadas com o apoio das técnicas de protocolo verbal com vistas a complementar os dados obtidos no questionário investigativo aplicado.

Para tanto, o roteiro de entrevista¹⁸ foi elaborado com seis perguntas abertas com embasamento nas questões do questionário investigativo, objetivando a investigação da escolha do livro didático de Espanhol para o Ensino Médio.

Para garantir a preservação da identidade das professoras, os nomes são fictícios. Para esta análise, utilizo somente alguns detalhes das transcrições, as completas se encontram nos Apêndices¹⁹.

¹⁸ Apêndice D — Roteiro para a entrevista.

¹⁹ Apêndice F a H – Transcrições das entrevistas 1, 2, 3 e 4.

Apresento as tabelas das entrevistas com o apoio das técnicas de protocolo verbal.

Tabela 1 — Protocolo verbal — com relação à importância do livro didático

Participantes	Auxílio/suporte para professor	Apoio para as atividades	Auxílio para os alunos	Planejamento
Alice	X		X	X
Gabriela		X		
Isabela	X		X	
Maria	X		X	X

Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 01 da entrevista.

Além disso, por meio do protocolo verbal, observei que Alice considera que o livro didático serve como auxílio para o professor ao mencionar: “[...] serve como auxílio no processo de ensino-aprendizagem [...]. ele serve como uma ferramenta [...] no planejamento dos conteúdos das aulas e dos exercícios.”

Gabriela afirmou que é um apoio nas atividades ao declarar: “[...] o livro didático, ele é apenas um apoio para as atividades [...]”

Isabela declarou que ajuda os professores durante a explicação ao afirmar que: “[...] ajuda [...] os professores na parte da explicação para que os alunos possam acompanhar [...] o livro didático para auxiliar o trabalho do professor.”

Maria considerou que o livro didático é importante para o professor e, ao mesmo tempo, para o aluno ao afirmar em seu protocolo: “[...] é importante para o nosso trabalho [...] no nosso planejamento de aula, para o planejamento do plano de curso”. “[...] Então o livro didático, ele nos dá o suporte [...] nesse trabalho, para que a gente possa realizar um bom trabalho para os nossos [...] com os nossos alunos [...]”

75% afirmam que o livro didático é um auxílio para os professores e também para os alunos. 25% dizem que é importante para o apoio nas atividades e 50% afirmam que é relevante para o planejamento.

Conforme os dados acima, foi constatado que, para as participantes, o livro didático é relevante não só para o professor, como também para os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

A seguir, apresento a pergunta 2 com os resultados do protocolo verbal.

Tabela 2 — Protocolo verbal — sobre o livro de Espanhol na escola

Participantes	SIM	NÃO
Alice	X	
Gabriela	X	
Isabela	X	
Maria	X	

Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 02 da entrevista.

Conforme a tabela acima, e, por meio do protocolo verbal, ressalto que 100% das participantes afirmaram que existe o livro didático de Espanhol na escola ao declararem:

- Alice: “[...] na minha escola existe o livro didático para o ensino do Espanhol.”
- Gabriela: “[...] Sim, existe o livro de Espanhol na escola.”
- Isabela: “[...] na escola que trabalho, sim. Há a escolha do livro didático apenas para o Ensino Fundamental.”
- Maria: “[...] Na escola onde eu trabalho, atualmente existe sim o livro didático [...]”

Assim, esses resultados vão ao encontro dos dados obtidos no questionário investigativo realizado anteriormente.

Na sequência, os dados da terceira pergunta da entrevista.

Tabela 3 — Protocolo verbal — se o professor tem interesse em utilizar o LD do PNLD nas aulas e por quê?

Participantes	SIM	NÃO	TALVEZ
Alice	X		
Gabriela	X		
Isabela	X		
Maria			X

Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 3 da entrevista.

De acordo com os dados na tabela acima e com o protocolo verbal de cada participante, 75% afirmaram que têm interesse e 25% mostraram insegurança ao responder. Porém, ressalto que Alice confirmou e justificou que possui interesse ao declarar: “[...] então, sim, a resposta é sim. [...] porque eu penso que o livro didático

serve como recurso para auxiliar as aulas sendo uma ferramenta didático-pedagógica para o professor.”

Logo, Gabriela falou que: “[...] Sim, mas eu não sigo à risca. Eu gosto de utilizar meus próprios materiais.”

Isabela afirmou ao relatar em seu protocolo: “[...] Sim, tenho interesse, sim, [...] até porque facilita o acesso, né, dos alunos aos conteúdos, eles podem também levar pra casa, revisar ou fazer uma atividade que não deu no dia da aula.”

No entanto, Maria, em seu protocolo verbal, apresentou uma insegurança, mas mencionou que sente necessidade em utilizar ao afirmar: “[...] Eu acredito que sim [...] tem a possibilidade de utilização desses, desses livros sim do (PNLDE) porque [...] por mais que a gente necessite de um livro escolhido por nós mesmos.”

Na questão seguinte, mostro os resultados adquiridos da pergunta 4 na tabela abaixo.

Tabela 4 — Protocolo verbal — sobre a escolha do livro didático

Participantes	Professor	Direção da escola	Equipe pedagógica	Equipe pedagógica, direção e professor
Alice	X			
Gabriela	X			
Isabela		X		
Maria				X

Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 04 da entrevista.

Por meio da tabela anterior e do protocolo verbal apresentado pelas participantes, 50% afirmaram que quem escolhe o livro didático é o professor da escola, 25% declararam que a direção é quem escolhe o livro e os outros 25% disseram que é a equipe pedagógica, a direção juntamente com o professor, que faz a escolha, como enfatizado nos fragmentos do protocolo verbal abaixo.

Alice declarou “[...] eu acredito que seja o professor, né [...] Na minha escola, quem escolhe [...] sou eu e a outra colega de Espanhol.” Para Gabriela, “[...] Somos nós, professores que ministramos a matéria que escolhemos o livro didático a ser utilizado.”

Isabela afirmou que “[...] Nos últimos pedidos, na verdade, quem escolheu foi o gestor da escola em que eu trabalhava, né?”

Já Maria ressaltou que “[...] onde eu trabalho é a direção, juntamente com a coordenação pedagógica e os professores.”

Pelo exposto, os dados obtidos por meio do protocolo verbal conferem com as respostas do questionário investigativo, uma vez que 100% mencionaram que a escolha é feita pelo professor. Além disso, elas complementam esses dados deixando evidente que, para Maria, uma das participantes, além do professor, participam também outros atores escolares no processo de escolha do livro didático, a saber: coordenação pedagógica e a direção da escola ou o coordenador pedagógico e o diretor da escola.

A seguir, apresento os dados dos resultados obtidos da pergunta 5 na tabela seguinte.

Tabela 5 — Protocolo verbal — critérios para a escolha do livro didático

Quantidade	Crítérios para a escolha do livro didático	Porcentagem
04	A proposta temática, os conteúdos, as competências desenvolvidas	100%
02	A coerência entre a proposta do livro com a proposta pedagógica da escola	50%
02	Apresente a diversidade cultural	50%
02	Textos atuais	50%

Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 5 da entrevista.

Nos dados apresentados acima, 100% afirmaram que um dos critérios que elas observam para a escolha é a proposta temática, os conteúdos e as competências desenvolvidas. 50% observam a proposta pedagógica do livro. 50% afirmaram que verificam a diversidade cultural no livro, e os outros 50% verificam se os textos são atuais.

Além desses dados, por meio do protocolo verbal, ficou claro que, como critérios, Alice levou em consideração: “[...] a proposta temática, os conteúdos, as competências desenvolvidas, e também a coerência entre a proposta do livro com a proposta pedagógica da escola. [...] e também que apresente temáticas com cultura, diversidade, despertando a curiosidade em aprender.”

Gabriela considerou que os critérios que utiliza são: “[...] seria a sequência dos conteúdos gramaticais, dos conteúdos ajustados para o nível dos alunos e textos atuais.”

Isabela observou: “[...] é o livro, né, dou uma olhada, como é organizado, como é colocada a parte gramatical, se tem facilidade pro aluno ou não.”

No entanto, Maria verificou se o livro: “[...] como a nossa escola, ela é da matriz curricular indígena, e a nossa escola é indígena, [...] a gente vê se o livro, ele traz assim

uns trabalhos que possibilitem a gente trabalhar em projetos, né, e que tem a ver um pouquinho [...] se tem alguma ligação à nossa realidade, principalmente a diversidade cultural. [...] e também ver se os conteúdos são bons, né, se os textos [...] se os textos apresentados pelo livro são bons e também se as orientações pedagógicas para o trabalho com esse livro [...] é bom.”

Analiso a seguir os dados da última questão.

Tabela 6 — Protocolo verbal — se o professor usa o LD do PNLD em suas aulas

Participantes	SIM	NÃO	EM PARTE	RARAMENTE
Alice			X	
Gabriela				X
Isabela	X			
Maria	X			

Fonte: elaborado pela autora, com base na pergunta 06 da entrevista.

Nesta tabela, foi observado que 50% das entrevistadas usam o livro didático na escola. 25% utilizam em parte com o apoio de outros recursos, e os outros 25% afirmam que raramente usam, o que é confirmado por meio do protocolo verbal das participantes.

Alice mencionou que: “[...] bom, em parte [...] né. [...] Eu sempre utilizei como uma ferramenta de apoio, como já [...] afirmei anteriormente.”

Gabriela disse que: “[...] eu raramente uso o [...] o livro didático [...] que a maioria dos alunos não leva pra escola e isso tende a ser um grande problema.”

Isabela afirma: “Utilizo sim o livro didático aprovado pelo [...] PNLD, que é importantíssimo, né, para o trabalho do professor [...].”

Maria ressaltou que: “[...] Sim, utilizo sim [...] o livro escolhido pelo programa, né [...] porque também a gente utiliza sim [...].”

É importante mencionar que os dados obtidos aqui diferem um pouco do questionário investigativo, pois todas afirmaram que utilizavam em parte, e, por meio das técnicas de protocolo verbal, percebo que isso não foi confirmado em sua totalidade porque Isabela e Maria disseram que usam completamente, e Alice disse que usa em partes, e Gabriela raramente usa.

Feitas as análises, sigo para as considerações finais e encaminhamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

Conforme exposto no capítulo introdutório, esta pesquisa surgiu de inquietações pessoais e profissionais durante minha atuação enquanto professora da Rede Estadual de Ensino do Amazonas ao descobrir que os livros de Língua Espanhola distribuídos pelo PNLD não estavam sendo utilizados em algumas escolas, situação que me causou certo desconforto e preocupação. Envolvida no contexto como professora de Língua Espanhola e, diante de alguns questionamentos, me vi motivada a investigar sobre a escolha do livro didático de Língua Espanhola no Amazonas.

Retomo, assim, as perguntas de pesquisa:

Como é feito o processo de escolha do livro didático para o ensino de Espanhol na Rede Estadual de Ensino do Amazonas?

Quem realiza efetivamente a escolha do livro didático disponibilizado pelo PNLD nas escolas pesquisadas?

Para tanto, como objetivo geral, busquei verificar as ações políticas que se relacionam à escolha do livro didático para o ensino de Espanhol nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, considerando o processo e os atores sociais envolvidos.

Para atingir sucesso, como objetivos específicos, me propus a descobrir quem realiza a escolha do livro didático disponibilizado pelo PNLD nas escolas pesquisadas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, bem como analisar como se efetiva esse processo.

Dessa maneira, para alcançar os objetivos propostos, realizei, no capítulo de Fundamentação Teórica, um breve estudo sobre as ações de políticas linguísticas no Brasil.

Em seguida, busquei traçar um panorama histórico sobre as ações políticas em torno do livro didático no Brasil, com foco para o ensino de Línguas Estrangeiras, em especial o Espanhol, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para, assim, analisar as ações realizadas em torno da escolha do livro didático disponibilizado pelo PNLD no Estado do Amazonas.

Para tanto, utilizei a pesquisa de cunho qualitativo, por meio de um levantamento bibliográfico impresso e telematizado. Utilizei, também, a pesquisa documental e de campo, apoiada por instrumentos de geração de dados, como os questionários de perfil e o investigativo, além das entrevistas gravadas com o apoio das técnicas de protocolo

verbal, que buscaram traçar o perfil das participantes, assim como verificar sobre a escolha do livro didático no Amazonas.

Buscando respostas aos questionamentos apresentados, foram propostas as seguintes hipóteses:

- no processo de escolha do Livro Didático, a equipe de professores de Espanhol, em conjunto, analisa os aspectos linguísticos, socioculturais e estruturais das coleções que chegam à escola, para, depois, escolher a coleção que vai ser adotada naquela instituição de ensino;
- o professor de Espanhol, de maneira individual, é quem escolhe o livro didático disponibilizado pelo PNLD na escola; porém, ele pode decidir-se por usar ou não o material em sua prática docente;
- a escolha do livro didático e a solicitação de envio desse material para a escola é feita por membros da equipe gestora, sem prévia consulta aos docentes de Espanhol, haja vista a necessidade de cumprimento de prazos estabelecidos pelo PNLD para o envio das obras às escolas;
- as editoras, cujos livros didáticos foram aprovados pelo PNLD, exercem significativa influência no processo de escolha desse material ao oferecerem vantagens aos docentes e gestores das escolas como apoio pedagógico para o uso dos livros, envio de material paradidático, como dicionários, gramáticas, livros de literatura etc., e, ainda, oferta de cursos de formação continuada aos docentes.

As considerações levantadas em torno das hipóteses com base nas análises obtidas foram: com relação à primeira, a equipe de professores no processo de escolha do livro didático analisa os aspectos linguísticos, socioculturais e estruturais das coleções que chegam à escola, além dos gêneros textuais e da diversidade cultural. Dessa maneira, confirma-se a primeira hipótese.

Para a segunda hipótese, destaco que quem escolhe o livro didático, além do professor de Espanhol, como constatado nas análises, é, também, a direção e a equipe pedagógica, juntamente aos professores, o que se aproxima da hipótese levantada.

Com relação à terceira hipótese, pelos dados constatados, a escolha é feita com a consulta do professor, salvo em um município do Estado em que a participante informou que a Direção da escola fez a escolha, ficando claro que não houve a participação do professor nesse processo.

A resposta para a última hipótese destaca-se pelo fato de que alguns participantes afirmaram que as editoras oferecem algum tipo de benefício, como doações de livros didáticos, de gramáticas e de dicionários para a biblioteca da escola ou para o próprio professor.

Além dos resultados obtidos acima, percebi que, segundo as participantes, o livro didático assume um papel importante não só para o professor, como também para os alunos.

Por meio da pesquisa, ficou claro, ainda, que o Espanhol é ensinado tanto na Rede Estadual de ensino na capital para o Ensino Regular quanto no interior do Amazonas, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio na modalidade regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Um dado pertinente que chama a atenção é o fato de que um percentual das participantes desconhece o Guia do PNLD. Como pode se dar isso, já que é por meio do Guia que o professor tem as informações para a escolha do livro? Assim, cabem novos questionamentos: como esse profissional tem acesso ao livro, se ele desconhece o Guia? Como é que ele escolhe o livro? O MEC não envia os livros para as escolas participantes do Programa, apenas o Guia. O que, então, foi utilizado para a escolha do LD? Seria um indício de uma possível falha no processo do PNLD? São questões relevantes, as quais levanto para encaminhamentos futuros.

Uma outra questão a ser levantada é: qual será o futuro do Espanhol no âmbito do PNLD, uma vez que não compôs mais o último Edital para o Ensino Fundamental, dado o alinhamento das políticas linguísticas no Brasil em prol do monolingüismo e do neoimperialismo norte-americano, fazendo com que o Espanhol perdesse apoio? Nessa esteira, como fica o Espanhol no Amazonas, já que se percebem políticas linguísticas em torno do Espanhol, como a que implantou a Escola Bilíngue Português/Espanhol, mas também políticas de silenciamento que desconsideram a importância desse idioma para o contexto estadual, como a que designou reduzido número de vagas para docentes desse componente curricular no último certame estadual? Além dessas, retomando o foco para o LD, com a saída do Espanhol do PNLD, caberia ao Amazonas buscar um material específico para o Espanhol regionalizado?

Deixo esses questionamentos para pesquisas futuras, para novos pesquisadores que se interessam por essa temática, ou, talvez, para uma pesquisa a nível de doutorado.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C. **São Gabriel da Cachoeira: sua saga, sua história.** Goiânia: Kelps, 2007.

ARNOUX, E. N. La agenda Glotopolítica contemporânea: hacia la integración sudamericana. *In:* ARNOUX, E. N.; BEIN, R. (org.). **La regulación política de las prácticas lingüísticas.** Buenos Aires: Eudeba, 2008. p.1–15. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/7030207/ARNOUX-Reflexiones-Glotopoliticas-enTorno-a-La-Integracion-Sudamericana>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ARNOUX, E. N. Reflexiones glotopolíticas: hacia la integración sudamericana. *In:* ARNOUX, E. N.; ROBERTO, B. (org.). **La regulación política de las prácticas lingüísticas.** Buenos Aires, AR: Eudeba, 2010. p. 329–360.

ARNOUX, E. N. La Glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. *In:* **Lenguajes: teorías y prácticas.** p. 95-109. Buenos Aires: Instituto Superior del Profesorado “Joaquín V. González”, Secretaría de Educación, GCBA, 2000, s/p. Disponível em: http://www.academia.edu/24563971/La_Glotopol%C3%ADtica_transformaciones_de_un_campo_disciplinario. Acesso em: 10 nov. 2016.

BEZERRA, H. G.; LUCA, T. R. Em busca da qualidade — PNLD História — 1996–2004. *In:* SPOSITO, M. E. B. **Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810–1910). **Educação e pesquisa.** v. 30, n. 3, p. 475–491, set./dez., 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937.** Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Livro. Brasília, DF: [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Brasília, DF: [1938]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 8.460, de 26 de dezembro de 1945.** Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Brasília, DF: [1945]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** Brasília, DF: [1954]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331->

a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 68.728, de 9 de junho de 1971**. Brasília, DF: [1971]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 77.107, de 4 de fevereiro de 1976**. Brasília, DF: [1976]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 7.091, de 18 de abril de 1983**. Brasília, DF: [1983]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7091-18-abril-1983-356755-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Brasília, DF: [1985]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 1.676, de 1999**. Brasília, DF: 1999. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4C2328CD6245527FF243B9ED6CD2B0F9.proposicoesWebExterno2?codteor=983108&filename=Dossie+-PL+1676/1999. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 7.084, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Brasília, DF: 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm. Acesso em: 6 fev. 2018.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012 — Língua Estrangeira Moderna**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRASIL. **Edital de livros didáticos: PNLD 2018 — Língua Estrangeira**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015 — Língua Estrangeira**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. **Chamada Pública SEB/MEC n.º 42.2016**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=45601-chamada-publica-pnld2018-versao-atualizada-pdf&category_slug=julho-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. **Histórico do PNLD**. Portal do MEC. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005.** Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Disponível em: <http://goo.gl/TVNIVh>. Acesso em: 31 jul. 2012.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Conversão da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, edição extra n. 184-A, de 23 de fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 6 fev. 2018.

BRASIL. Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. Estabelece a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, edição extra n. 184-A de 23 de set. 2016.

BRASIL. **Portaria n.º 1.321, de 17 de outubro de 2017.** Divulga a relação de instituições e entidades da sociedade civil responsáveis pela indicação de especialistas a serem considerados na composição das comissões técnicas das edições de 2019 e 2020 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático — PNLD. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2017]. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/10/portaria1321_mec_pnlidematerialdidatico.pdf. Acesso em: 10 nov. 2016.

CABRAL, R. S. **Ensino de Português em escola pública brasileira em região de fronteira: realidades e desafios.** 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CALVET, L. J. **As políticas lingüísticas.** São Paulo: Parábola Editorial/IPOL, 2007.

CANELO DE RAMÍREZ, L. M. **Las variedades de la lengua española en el libro didáctico.** Manaus, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Espanhol: língua e literaturas) — Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CARMAGNANI, A. M. G. A concepção de professor e de aluno no livro didático e o ensino de redação em LM e LE. *In*: CORACINI, M. J. (org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985–2007).** 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários.** 3. ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1983.

COSTA, M. T. C. **Políticas Linguísticas: o ensino de línguas estrangeiras em escolas públicas do estado do Amazona.** 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CORRÊA, A. M. S.; NEIVA, A. M. S. Estratégias e Problemas do tradutor aprendiz: uma visão introspectiva do processo tradutório. *In*: MONTEIRO, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas**: instituição, tradução & literatura. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2000, p. 34–52.

DAHER, D. C.; FREITAS, L.; SANT'ANNA, V. Breve trajetória do processo de avaliação do livro didático de língua estrangeira para a educação básica no âmbito do PNLD. **Revista Eutomia**, Recife: UFPE, v. 1, n. 11, p. 407–426, jan./jun., 2013.

FNDE. Programa Nacional do Livro Didático. **Editais anteriores**. Brasília, DF: Ministério da Educação [20--]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/3014-editais-anteriores>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FNDE. Programa Nacional do Livro Didático. **Programas**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, DF: Inep, 1987.

FREITAS, L. M. A.; VAZQUEZ, R. P. Língua Estrangeira e Língua Portuguesa no edital do PNLD 2011: aproximações e distanciamentos. **Revista Práticas em Educação Básica**, v. 1, p. 1–26, 2016.

FREITAS, N. K.; RODRIGUES, M. H. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **Revista DAPesquisa**, ano 5, v. 3, n. 1, ago. 2007-jul. 2008. Disponível em: www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissaneli.pdf. Acesso em: 13 nov. 2017.

FREIRE, J. R. B. **Da Língua Geral ao Português**: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia. Tese de Doutorado em Literatura Comparada apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

FUJITA, M.S.L. *et al.* (org.) **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GALLIANO, A. G. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Editora Mosaico Ltda., 1979.

GOODY, J. **Literacy in traditional societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

GOMES, A. S. **Ações glotopolíticas relacionadas à implementação do ensino de Língua Espanhola na rede Municipal de Educação SEMED/Manaus. 2019**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

GUERREIRO, S. S. **A Língua Espanhola na fronteira Brasil-Peru: ações políticas no ensino de línguas**. 2017. 281 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. Pour la glottopolitique. **Langages**, n. 83. p. 5-34, 1986.

HAMEL, R. E. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. Políticas del lenguaje en América Latina. **Revista Iztapalapa**, 29, año 13. 5-39, 1993.

HAUGEN, Einar. Planning in Modern Norway. **Anthropological Linguistics**, v. 1, n. 3, 1959.

HEUFEMANN, F. M. C. **Políticas linguísticas e o ensino da língua espanhola em Manaus à luz da glotopolítica**. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

HEUFEMANN-BARRÍA, E. O.; TEIXEIRA, W. B. PARFOR: Realidade e desafios para a formação de professores pela Universidade Federal do Amazonas. *In: CARVALHO et al. (org.). Ações (gloto)políticas em prol do ensino de Espanhol no Amazonas: um olhar especial sobre a formação de professores*. 2017. Manaus: Edua, 2017.

JERNUDD, B. H. The politics of language purism. *In: FISHMAN, J. A. (org.). Contributions to the Sociology of Language*. Berlin, Germany/New York/USA: Mouton de Gruyter, 1989.

JUSTINO, M. N. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docentes**. 1 ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

KLOSS, H. **Research possibilities on group bilingualism: a report**. Quebec: International Center for Research on Bilingualism, 1969.

MANTOVANI, K. P. **O Programa Nacional do Livro Didático — PNLD: impactos na qualidade do ensino público**. São Paulo. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MINAYO, M. C. S. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9–29.

MONTEIRO, M. F. C. **Discurso, identidade e agentividade de professores de L2 no PARFOR/AM: um estudo à luz do letramento crítico (LC)**. 2014, 224 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. 4. ed. Barcelona/Espanha: Ariel Letras, 2012.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Brasília, DF: Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação da Universidade Católica de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, G. M. A 'virada político-lingüística' e relevância social da lingüística e dos lingüistas. *In*: CORREA, D. A. (org.). **A Relevância Social da Linguística: Linguagem, Teoria e Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 79–93.

OLIVEIRA, G. M. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/e92f933a3b0ca404b70a1698852e4ebd.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

RAJAGOPALLAN, K. Política e Políticas Linguísticas. *In*: CORREA. (org.). **O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política lingüística do seu país**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014, p. 73–82.

RAJAGOPALLAN, K. Política e Políticas Linguísticas. *In*: NICOLAIDES *et al.* (org.). **Política lingüística: do que é que se trata, afinal?** Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 19–42.

ROMANATTO, M. C. O livro didático: alcances e limites. *In*: VII ENCONTRO PAULISTA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2004, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2004.

SOUZA, S. A. F. **O movimento dos sentidos sobre línguas estrangeiras no Brasil: discurso, história e educação**. 2005. 257 f. Tese (Doutorado em Linguística). — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2005.

TAVARES, Kátia Cristina do Amaral. **O uso da introspecção: da técnica de pesquisa para o ensino de leitura**. 1993. 239 f. mimeo. Dissertação (Mestrado em Letras Anglo-Germânicas) — Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

TEIXEIRA, W. B. **Presença e funções do espanhol no Alto Rio Negro/AM: considerações políticas e históricas**. 2014. 355 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TEIXEIRA, W. B. O livro didático de Espanhol na escola brasileira. *In*: FREITAS, L. (org.). **Panorama (gloto)político sobre o livro didático e o ensino de Espanhol no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p. 231-342.

VAZQUEZ, R. P. **PNLD 2011 de Língua Estrangeira: sentidos de docência, ensino e língua**. Rio de Janeiro. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — TCLE

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da Pesquisa “Políticas Linguísticas para o ensino de Espanhol no Amazonas: livro didático”, sob a responsabilidade da pesquisadora Raimunda Julia de Freitas Brandão, portadora do RG 1450774-9 e do CPF 642.842.712-53, telefone celular (92) 993038930, e-mail juliabrandao_mao@yahoo.com.br, orientada pelo Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira, portador da CI 11196666-9 (IFP- RJ) e do CPF 076.290.807-60, telefone celular (92) 984022548, e-mail wagbarteixeira@hotmail.com, cujos endereços institucionais localizam-se no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Faculdade de Letras (FLet), da Universidade Federal do Amazonas, situado à Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200 - Campus Universitário Bloco Mário Ypiranga Monteiro, Setor Norte – Coroadó. CEP 69077-000 - Manaus/AM - Telefone - (92) 3305-1181 Ramal 2113, e-mail: flet@ufam.edu.br; ppgl@ufam.edu.br.

O objetivo geral desta pesquisa é mapear como se dá a escolha do livro didático para o ensino de Espanhol em escolas públicas da Rede Estadual de Ensino no Amazonas, e os objetivos específicos são: fazer uma investigação das políticas linguísticas voltadas ao livro didático para o ensino de Espanhol no Brasil; traçar um breve panorama sobre o ensino de Espanhol no Brasil e no Amazonas; e verificar como é feito o processo de escolha do livro didático para o ensino de Espanhol no Amazonas. Sua participação é voluntária e se dará por meio do preenchimento dos questionários de perfil e investigativo e uma entrevista com as técnicas de protocolo verbal.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem se configurar em constrangimento e insatisfação ao responder os questionários e ao participar da entrevista, além do risco de quebra de sigilo. Entretanto, caso necessário, será oferecido acompanhamento psicológico ou de uma assistência social, sem ônus para o(a) Sr.(a), além do direito a indenizações e cobertura material por compensação de danos materiais ou morais decorrentes da pesquisa.

Se você aceitar participar, não terá nenhum benefício direto. Contudo, por meio deste estudo, espera-se contribuir com as pesquisas em políticas linguísticas, mapeamento da escolha dos livros didáticos no Amazonas e relevância da distribuição de livros do PNLD nas escolas públicas.

Se depois de consentir em sua participação, o(a) Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, seja depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum constrangimento ou prejuízo à sua pessoa. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade ou qualquer outra informação relacionada à sua privacidade não será divulgada, em que se tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo.

Para qualquer outra informação, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Raimunda Julia de Freitas Brandão e com o Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira, pelos telefones e e-mails fornecidos, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP 69057-070, Manaus-AM, telefone fixo (92) 3305-1181, ramal 2004, celular (92) 99171-2496 e e-mail cep.ufam@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não terei nenhuma remuneração e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias, ambas assinadas por mim, pela pesquisadora e por seu orientador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ____/____/____
Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do orientador

APÊNDICE B — QUESTIONÁRIO DE PERFIL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL



Prezado(a) Professor(a),

Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas e gostaria de convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa sobre a escolha do livro didático de Língua Espanhola. Assim, para que seja possível traçar o perfil do professor participante, solicito que você responda às perguntas abaixo, assegurando que, caso haja a divulgação de alguma informação constante neste instrumento, sua identidade será preservada. Agradeço antecipadamente sua colaboração!

Julia Brandão

Questionário de Perfil²⁰

Gostaria de lhe conhecer melhor, por isso, por gentileza, responda às seguintes perguntas.

1. Qual é seu nome completo?

2. Qual é sua formação acadêmica?

3. Em qual coordenadoria da SEDUC você atua?

4. Além de lecionar Espanhol para o Ensino Médio na SEDUC, você também leciona para o Ensino Fundamental?

() Sim () Não

5. Além de lecionar Espanhol para o Ensino Regular na SEDUC, você também leciona para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

() Sim () Não

6. Qual a carga horária destinada ao Espanhol em sua escola para o Ensino Médio Regular?

²⁰ Instrumento elaborado pela pesquisadora com base em Monteiro (2014) e Teixeira (2014).

APÊNDICE C — QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL



Prezado(a) Professor(a),

Dando continuidade à pesquisa sobre a escolha do livro didático de Língua Espanhola, gostaria de convidá-lo(a) a responder às perguntas abaixo. Assim, asseguro que, caso haja a divulgação de alguma informação constante neste instrumento, sua identidade será preservada. Agradeço antecipadamente sua colaboração!

Julia Brandão

Questionário Investigativo²¹

1. Nome:

2. Para você, qual é a importância do livro didático para o trabalho docente?

3. Em sua escola, existe livro didático para o ensino de Espanhol?

() Sim () Não

4. Sua escola participa do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)?

() Sim () Não

5. Você tem interesse em utilizar o livro didático selecionado no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em suas aulas?

() Sim () Não

Por quê?

6. Sobre os procedimentos para a seleção dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em sua escola, com relação ao Guia do PNLD:

²¹ Instrumento elaborado pela pesquisadora com base em Monteiro (2014) e Teixeira (2014).

- O Guia é encaminhado aos professores;
- O Guia é encaminhado para a escola, mas fica retido na coordenação pedagógica;
- O Guia é encaminhado para a escola, mas fica retido na direção da escola;
- Desconheço essa informação.

7. Quem efetivamente escolhe o livro a ser utilizado?

- O professor de Espanhol;
- A coordenação pedagógica/direção da escola;
- O professor de Espanhol junto com a equipe pedagógica;
- Outrem.

Caso tenha assinalado a opção "Outrem", utilize este espaço para especificar quem.

8. As editoras que tiveram suas coleções aprovadas no PNLD estabelecem contato com sua escola para divulgar os livros?

- Sim Não

9. Em caso afirmativo, que benefícios as editoras oferecem?

- Oferecem doações de livros didáticos para os professores;
- Oferecem doações de livros didáticos para a biblioteca da escola;
- Oferecem doações de livros paradidáticos para os professores;
- Oferecem doações de livros paradidáticos para a biblioteca da escola;
- Não oferecem benefícios.

10. Que critérios você utiliza para a escolha do livro didático? (Assinalar mais de uma alternativa, se desejar.)

- A qualidade do tipo de papel (se é brilhante, fosco ou colorido etc.);
- A nacionalidade do autor (se é brasileiro ou hispânico);
- A quantidade de páginas;
- Os recursos de apoio que acompanham o livro, como CD, DVD ou outros;
- A proposta temática, os conteúdos, as competências desenvolvidas;
- A coerência entre a proposta do livro com a proposta pedagógica da escola;
- Benefícios oferecidos pelas editoras;
- Outro critério.

Caso tenha assinalado a opção "Outro critério", utilize este espaço para especificar:

11. Você usa o livro didático aprovado pelo PNLD em suas aulas?

- Sim Não Em parte

Caso tenha assinalado a opção "Em parte", justifique sua resposta.

APÊNDICE D — ROTEIRO PARA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL



1. Para você, qual é a importância do livro didático para o trabalho docente?
2. Em sua escola, existe o livro didático para o ensino de Espanhol?
3. Você tem interesse em utilizar o livro didático selecionado no Plano Nacional do Livro Didático em suas aulas? Por quê?
4. Quem efetivamente escolhe o livro didático a ser utilizado?
5. Que critérios você utiliza para a escolha do livro didático?
6. Você usa o livro didático aprovado pelo PNLD em suas aulas?

APÊNDICE E — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 1

Transcrição da entrevista da Alice

PERGUNTA 1:

Para você, qual é a importância do livro didático para o trabalho docente?

[...] Bom, a primeira pergunta [...] o livro didático, para mim, ele serve como auxílio no processo de ensino-aprendizagem [...] além de, além de contribuir com os recursos audiovisuais que utilizo diariamente nas minhas aulas e também acredito que ele serve como uma ferramenta [...] no planejamento dos conteúdos das aulas e dos exercícios.

PERGUNTA 2:

Em sua escola, existe livro didático para o ensino de Espanhol?

[...] A segunda pergunta [...] na minha escola existe o livro didático para o ensino do Espanhol [...] Tanto livro do professor quanto do aluno e também dicionários, né, para o professor. Infelizmente a escola não tem interesse em solicitar dicionários, outros recursos para os alunos e, por conta disso, muitas vezes eu tenho que levar alguns recursos próprios que foram comprados por mim e também elaborados. E eu levo para sala de aula, eu levo para sala de aula para tornar a aprendizagem mais envolvente e dinâmica.

PERGUNTA 3:

Você tem interesse em utilizar o livro didático selecionado no Programa Nacional do Livro Didático em suas aulas? Por quê?

[...] Na pergunta 3 [...] se eu tenho interesse em usar o livro didático [...] do PNLD [...] então, sim, a resposta é sim. Sempre [...] tive interesse e [...] sempre utilizei o livro didático como uma ferramenta de apoio, porque eu penso que o livro didático serve como recurso para auxiliar as aulas, sendo uma ferramenta didático-pedagógica para o professor e [...] ele tem também uma importância fundamental na escola e na construção de conhecimento dos alunos.

PERGUNTA 4:**Quem efetivamente escolhe o livro a ser utilizado?**

[...] A resposta 4, quem efetivamente escolhe o livro a ser utilizado [...] eu acredito que seja o professor, né [...]. Na minha escola, quem escolhe [...] sou eu e a outra colega de Espanhol, porque o livro [...] ele corrobora com a facilitação em situações de planejamento por exemplo.

PERGUNTA 5:**Que critérios você utiliza para a escolha do livro didático?**

[...] A resposta 6 [...] que critérios você utiliza para a escolha do livro didático [...] Então [...] eu levo em consideração a proposta temática, os conteúdos, as competências desenvolvidas, e também a coerência entre a proposta do livro com a proposta pedagógica da escola. Essas foram as duas que eu selecionei [...] essas duas alternativas [...] porque eu acredito que, na maioria das escolas, o livro didático é o único recurso disponibilizado aos professores e aos alunos. Então é necessário avaliar, selecionar criteriosamente, né, um livro que siga essas propostas temáticas, que sejam temáticas envolventes com exploração sensorial [...] visto que os alunos gostam muito, né, e também que apresente temáticas com cultura, diversidade, despertando a curiosidade em aprender.

PERGUNTA 6:**Você usa o livro didático aprovado pelo PNLD em suas aulas?**

[...] Resposta 7, você usa o livro didático aprovado pelo PNLD em suas aulas [...] bom, em parte [...] né. [...] Eu sempre utilizei como uma ferramenta de apoio, como já [...] afirmei anteriormente. [...] Nunca fiquei escrava do livro didático, porque eu penso que o livro, ele serve como um recurso para auxiliar as aulas de maneira a facilitar [...] o envolvimento dos alunos nas atividades propostas, por isso, eu utilizo, além do livro, [...] material audiovisual, que [...] são elaborados previamente para cada aula ministrada, e com isso [...] eu acredito que eu (...) vou agregando e facilitando o meu cotidiano em sala de aula, e também dessa forma eu consigo chegar viva até o quinto tempo de aula, né ((risos)).

APÊNDICE F — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 2

Transcrição da entrevista da Gabriela

PERGUNTA 1:

Para você, qual é a importância do livro didático para o trabalho docente?

Pergunta 1 [...] O livro didático, ele é apenas um apoio para as atividades dentro e fora de sala. Ele é como se fosse um coadjuvante na aula porque tá muito distante da realidade dos alunos das escolas públicas.

PERGUNTA 2:

Em sua escola, existe livro didático para o ensino de Espanhol?

Pergunta 2 [...] Sim, existe o livro de Espanhol na escola distribuído pelo PNLD.

PERGUNTA 3:

Você tem interesse em utilizar o livro didático selecionado no Programa Nacional do Livro Didático em suas aulas? Por quê?

Pergunta 3 [...] Sim, mas eu não sigo à risca. Eu gosto de ter autonomia no que vai ser estudado. Eu gosto de utilizar meus próprios materiais.

PERGUNTA 4:

Quem efetivamente escolhe o livro a ser utilizado?

Pergunta 4 [...] Somos nós, professores que ministramos a matéria que escolhemos o livro didático a ser utilizado.

PERGUNTA 5:

Que critérios você utiliza para a escolha do livro didático?

Pergunta 5 [...] Os critérios que eu costumo utilizar para escolha do livro didático [...] seria a sequência dos conteúdos gramaticais, dos conteúdos ajustados para o nível dos alunos e textos atuais.

PERGUNTA 6:

Você usa o livro didático aprovado pelo PNLD em suas aulas?

Pergunta 6 [...] Eu raramente uso o [...] o livro didático aprovado por conta [...] que a maioria dos alunos não leva pra escola e isso tende a ser um grande problema.

APÊNDICE G — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 3

Transcrição da entrevista da Isabela

PERGUNTA 1:

Para você, qual é a importância do livro didático para o trabalho docente?

A importância do livro didático para o [...] trabalho docente é muito importante pois ajuda [...] os professores na parte da explicação para que os alunos possam acompanhar e evita também copiar [...] muitos conteúdos então eu acho muito importante, assim, o livro didático para auxiliar o trabalho do professor.

PERGUNTA 2:

Em sua escola, existe livro didático para o ensino de Espanhol?

[...] Na escola que trabalho, sim. Há a escolha do livro didático apenas para o ensino fundamental. O ensino EJA [...] ainda não temos ainda livro didático, o que é um transtorno, né, para nós, professores, que temos dificuldades de trabalhar os conteúdos por falta de livro didático. Mas em relação ao ensino fundamental de 6º ao 9º, que a escola trabalha, trabalhamos sim com o livro didático.

PERGUNTA 3:

Você tem interesse em utilizar o livro didático selecionado no Programa Nacional do Livro Didático em suas aulas? Por quê?

[...] Sim, tenho interesse, sim, de utilizar o livro didático, até porque facilita o acesso, né, dos alunos aos conteúdos, eles podem também levar pra casa, revisar ou fazer uma atividade que não deu no dia da aula. Então, por isso, eu acho superimportante, sim, que o livro didático [...] que eles tenham contato com o livro didático. Acho interessante e importante, sim, para o uso pedagógico na escola.

PERGUNTA 4:

Quem efetivamente escolhe o livro a ser utilizado?

[...] Nos últimos pedidos, na verdade, quem escolheu foi o gestor da escola em que eu trabalhava, né? Dificilmente passa pelos professores, mas existem momentos em que nós, muitas vezes, temos contato. Na última vez que eu tive contato, apenas só

teve duas amostras de dois tipos de coleção. E, aí, a gente teve que escolher entre uma dessas coleções. É isso.

PERGUNTA 5:

Que critérios você utiliza para a escolha do livro didático?

Eu normalmente olho como é que [...] é o livro, né, dou uma olhada, como é organizado, como é colocada a parte gramatical, se tem facilidade pro aluno ou não, e, aí, em cima disso, eu faço uma amostragem dos [...] livros que têm e vejo qual o melhor se encaixa no perfil de que eu gosto de trabalhar e que os alunos também, né, possam aprender.

PERGUNTA 6:

Você usa o livro didático aprovado pelo PNLD em suas aulas?

Utilizo sim o livro didático aprovado pelo [...] PNLD, que é importantíssimo, né, para o trabalho do professor, principalmente porque nós não temos, assim, [...] materiais de qualidade pra se trabalhar. Não temos datashow, as tecnologias, a internet [...] é muito difícil de acesso. Então, por isso, ainda temos que trabalhar com o livro didático, porque a única forma ainda de que podemos [...] facilitar os gastos de papel, de materiais, né? Então, ainda, nós gostaríamos que a internet fosse de qualidade, que a gente pudesse ter aulas, né, que a gente pudesse trabalhar as tecnologias, mas no determinado momento ainda isso é um desafio ainda para nós. Então o livro didático ainda tem sido a melhor opção para que os alunos possam ter acesso aos conteúdos.

APÊNDICE H — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 4

Transcrição da entrevista da Maria

PERGUNTA 1:

Para você, qual é a importância do livro didático para o trabalho docente?

[...] Então o livro didático, para mim, é importante para o nosso trabalho [...] no nosso planejamento de aula, para o planejamento do plano de curso [...]. Então o livro didático, ele nos dá o suporte [...] nesse trabalho, para que a gente possa realizar um bom trabalho para os nossos [...] com os nossos alunos e sim também na utilização do livro dentro da sala de aula com os discentes.

PERGUNTA 2:

Em sua escola, existe livro didático para o ensino de Espanhol?

[...] Na escola onde eu trabalho, atualmente existe sim o livro didático, mas anos passados não tinha. Agora recentemente, em 2014, houve chegada sim dos livros didáticos de Espanhol. [...] Essa resposta ainda é referente à pergunta número 2 [...] o livro didático começou a chegar a partir de 2014, mas quando ainda não chegava, a gente não tinha o acesso ao livro didático do ensino de Espanhol, o professor de Espanhol é que tinha que ir atrás [...] procurando os seus meios de pesquisa, procurando alguns livros didáticos, compra [...] era do seu interesse particular mesmo, porque não existiam livros didáticos disponibilizados na escola [...] isso ocorreu já a partir da de 2014, que começou a chegar.

PERGUNTA 3:

Você tem interesse em utilizar o livro didático selecionado no Programa Nacional do Livro Didático em suas aulas? Por quê?

[...] Eu acredito que sim [...] tem a possibilidade de utilização desses, desses livros sim do (PNLD) porque [...] por mais que a gente necessite de um livro escolhido por nós mesmos, mas necessitamos também de outras fontes de pesquisa para que a gente possa melhorar nossa prática de ensino em sala de aula.

PERGUNTA 4:**Quem efetivamente escolhe o livro a ser utilizado?**

[...] Quem escolhe efetivamente o livro didático aqui na nossa escola onde [...] onde eu trabalho é a direção, juntamente com a coordenação pedagógica e os professores.

PERGUNTA 5:**Que critérios você utiliza para a escolha do livro didático?**

(...) Os critérios que a gente utiliza aqui para escolha do livro [...] uma coisa assim [...] como a nossa escola, ela é da matriz curricular indígena, e a nossa escola é indígena, como a escola também detém o trabalho com [...] com projetos, a gente vê se o livro, ele traz assim uns trabalhos que possibilitem a gente trabalhar em projetos, né, e que tem a ver um pouquinho [...] com a realidade, se tem alguma ligação à nossa realidade, principalmente a diversidade cultural.

Ainda é relacionado à pergunta número 5 [...] e também ver se os conteúdos são bons, né, se os textos [...] se os textos apresentados pelo livro são bons e também se as orientações pedagógicas para o trabalho com esse livro [...] é bom. Isso que vem também [...] um dos critérios que avalio para a escolha do livro.

PERGUNTA 6:**Você usa o livro didático aprovado pelo PNLD em suas aulas?**

[...] Sim, utilizo sim [...] o livro escolhido pelo programa, né [...] porque também a gente utiliza sim [...] só que muitas vezes nós não temos condições de receber esses livros logo no início do ano letivo. Muitas vezes, o livro, ele acaba chegando [...] os livros acabam chegando apenas no segundo semestre ou até mesmo no final do ano. Devido à nossa distância também de localização é que passamos por essa dificuldade, né, que nós gostaríamos que também os livros fossem enviados com antecedência principalmente para a área do interior.

ANEXO A — PORTARIA Nº 1.321/2017

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO
PORTARIA Nº 1.321, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**

Divulga a relação de instituições e entidades da sociedade civil responsáveis pela indicação de especialistas a serem considerados na composição das comissões técnicas das edições de 2019 e 2020 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, [parágrafo único](#), incisos I e II, da [Constituição](#), e em observância ao disposto no Decreto n [9.099](#), de 18 de julho de 2017, resolve:

Art. 1 Fica divulgada, na forma do Anexo, a relação das instituições e entidades da sociedade civil que indicarão os especialistas das diferentes áreas do conhecimento a serem considerados na composição das comissões técnicas das edições de 2019 e 2020 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, e a avaliação e disponibilização de obras didáticas de educação infantil, dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental.

Art. 2 A comissão técnica do PNLD 2019 será composta por vinte e sete membros, sendo três para educação infantil, três para cada um dos componentes curriculares dos anos iniciais do ensino fundamental (Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática) e três para Projetos Integradores.

Art. 3 A Comissão Técnica do PNLD 2020 será composta por vinte e sete membros, sendo três para cada um dos componentes curriculares dos anos finais do ensino fundamental (Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática) e três para Projetos Integradores.

Art. 4 As entidades relacionadas deverão protocolizar, junto à Secretaria de Educação Básica - SEB, até o dia 6 de novembro de 2017, as indicações de que trata o art. 12 do Decreto n [9.099](#), de 2017, com a especificação das etapas de ensino e áreas do conhecimento correspondentes aos especialistas indicados.

Parágrafo único. A indicação deverá vir acompanhada das seguintes informações:

- I - currículo resumido dos indicados, com ênfase na especialidade objeto da indicação;
- II - declaração de não prestar pessoalmente serviço ou consultoria aos titulares de [direito autoral](#) inscritos no processo;
- III - declaração de não possuir cônjuge ou parente até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, entre os titulares de [direito autoral](#) inscritos no processo; e
- IV - declaração de não estar em situação que configure impedimento ou conflito de interesse.

Art. 5 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

ENTIDADES A SEREM CONSULTADAS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO: PNLD 2019 E PNLD 2020

1. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC
2. Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED
3. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME
4. União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME
5. Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCEE
6. Conselho Nacional de Educação - CNE
7. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES

8. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF
9. Academia Brasileira de Ciências - ABC
10. Academia Brasileira de Educação - ABE
11. Academia Brasileira de Letras - ABL
12. Associação Brasileira de Avaliação Educacional - ABAVE
13. Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED
14. Associação Brasileira de Ensino de Biologia - SBEnBio
15. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC
16. Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB
17. Associação Nacional de História - ANPUH
18. Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE
19. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED
20. Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS

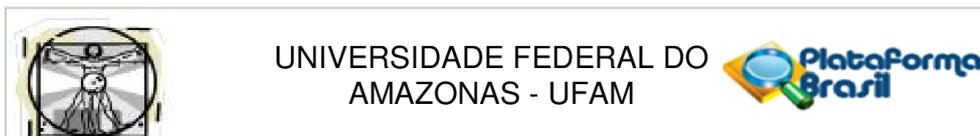
21. Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
22. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE
23. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE
24. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE
25. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB
26. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular
27. Sociedade Brasileira de Física - SBF
28. Sociedade Brasileira de Matemática - SBM
29. Sociedade Brasileira de Química - SBQ
30. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC
31. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES
32. União Nacional dos Estudantes - UNE

33. Instituto da Matemática Pura e Aplicada - IMPA
34. Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN
35. Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP
36. Movimento Nacional Inter fóruns de Educação Infantil - MIEIB
37. Rede Nacional Primeira Infância - RNPI
38. Instituto da Infância - IFAN
39. Educação e Mobilização Social - AVANTE
40. Cidade Escola Aprendiz
41. Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN
42. Instituto Chapada de Educação e Pesquisa - ICEP

43. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV
44. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC

45. Comunidade Educativa CEDAC - CE-CEDAC
46. Todos Pela Educação - TPE

ANEXO B — PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Políticas Linguísticas para o Ensino de Espanhol no Amazonas: livro didático

Pesquisador: RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDAO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 21209119.1.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Letras -Flet

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.691.095

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Esta pesquisa tem como objetivo geral mapear como se dá a escolha do livro didático para o ensino de Espanhol em escolas públicas da Rede Estadual de Ensino no Amazonas, e os objetivos específicos são: fazer uma investigação sobre as políticas linguísticas voltadas ao livro didático para o ensino de Espanhol no Brasil; traçar um breve panorama sobre o ensino de Espanhol no Brasil e no Amazonas; e verificar como é feito o

processo de escolha do livro didático para o ensino de Espanhol no Amazonas. O referencial teórico está ancorado na política linguística proposta por Calvet (2007) e Hamel (1993) em diálogo com a proposta glotopolítica de Arnoux (2011). Quanto às políticas voltadas ao livro didático e ao PNLD no Brasil, tomo como base Brasil (2018), Cassiano (2007), Daher, Freitas e Sant'anna (2013) e Mantovani (2009). Com relação à metodologia, se caracteriza como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, além da pesquisa bibliográfica, telematizada e documental com o aporte teórico de Cervo e Bervian (1983). Os procedimentos de geração de dados, serão realizados por meio de questionários de perfil e investigativo, e entrevista com o apoio das técnicas de protocolo verbal. Palavras-chave: Políticas linguísticas. PNLD. Livro Didático.

Hipótese:

Na Linguística Aplicada, procedemos com perguntas de pesquisa ou com hipóteses. No presente

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

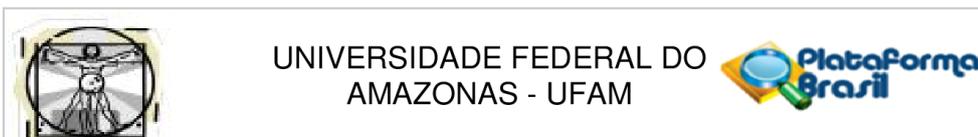
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.691.095

estudo será verificado: Como é feito o processo de escolha do livro didático para o ensino de espanhol na Rede Estadual de Ensino nas escolas públicas do Amazonas? Quais são as políticas linguísticas subjacentes para selecionar o material didático de Espanhol no Brasil? Como é realizado o processo de seleção do livro didático para o ensino de espanhol no Amazonas? Quem realiza a escolha do livro didático disponibilizado pelo PNLD nas escolas pesquisadas?

Metodologia Proposta:

Segundo Galliano, (1979, p. 32), o método científico proporciona “[...] é uma orientação geral que facilita ao cientista planejar sua investigação, formular suas hipóteses, realizar suas experiências e interpretar seus resultados”. Para ele, o cientista precisa elaborar suas hipóteses a partir de questionamentos pertinentes para alcançar resultados na investigação. Entretanto, utilizo alguns procedimentos científicos para embasar a pesquisa. Esta investigação segue uma abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (1994, p. 22), “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações, e relações humanas, um lado não perceptível, não captável em equações[...]”. Seguindo a abordagem qualitativa, utilizo os recursos da pesquisa bibliográfica e telematizada. Moresi (2003) ressalta que a Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material

publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, materiais disponíveis ao público em geral. Logo, a pesquisa telematizada procura informações em recursos que combinam o uso do computador e as telecomunicações. Dentre essas abordagens metodológicas, vou utilizar também a pesquisa descritiva, na qual, destacam-se: os estudos exploratórios, os estudos descritivos, a pesquisa de opinião, a pesquisa de motivação, o estudo de caso

e a pesquisa documental. Dentre elas, para esta pesquisa, utilizo: a) A pesquisa documental, ancorada à pesquisa bibliográfica e telematizada visando analisar documentos, obras e leis sobre as políticas linguísticas relacionadas ao livro didático de língua espanhola; b) Técnicas de estudo de caso, por meio dos questionários e da entrevista que procuram verificar o perfil do participante e os procedimentos para a escolha do livro didático.

2.2 No que se refere ao contexto da pesquisa, será desenvolvida em algumas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino que oferecem o ensino da Língua Espanhola no Ensino Médio e que aderem ao Programa Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). A priori, serão 10 escolas no Estado do Amazonas, sendo 5 (cinco) na capital - Manaus e 5 (cinco) no interior do Estado. 2.3 Os participantes da pesquisa serão 10 professores graduados

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

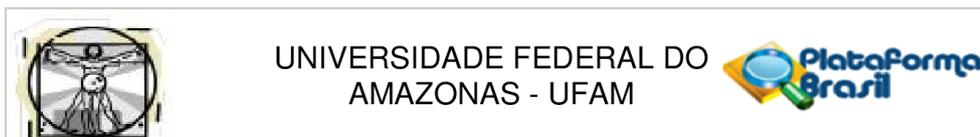
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.691.095

em Letras Língua Espanhola atuando na Rede Pública de ensino. 2.4 Instrumentos e procedimentos de geração de dados. Os instrumentos utilizados para a geração de dados neste estudo, serão questionários e entrevista com as técnicas de protocolo verbal.

Critério de Inclusão:

Ser professor com formação em Letras Língua Espanhola. Atuando efetivamente em sala de aula tanto na capital, Manaus, quanto no interior do Estado. O participante também, precisa conhecer e aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) para esta investigação.

Critério de Exclusão:

Se o participante não for professor de Língua Espanhola e caso não estiver atuando em sala de aula, não será incluído como participante da pesquisa.

O participante também, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum constrangimento ou prejuízo à sua pessoa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Mapear como se dá a escolha do livro didático para o ensino de Espanhol em escolas públicas no Amazonas.

Objetivo Secundário:

Fazer uma investigação das políticas linguísticas voltadas ao livro didático para o ensino de Espanhol no Brasil. Traçar um breve panorama sobre o ensino de Espanhol no Brasil e no Amazonas. Verificar como é feito o processo de escolha do livro didático para o ensino de Espanhol no Amazonas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos referentes a participação na pesquisa, podem se configurar em constrangimento e insatisfação ao responder os questionários e ao participar da entrevista, além do risco de quebra de sigilo. Entretanto, será oferecido ao participante, acompanhamento psicológico ou de assistência social, sem ônus para o (a) Sr. (a), além do direito a indenizações e cobertura material por compensação de danos materiais ou morais decorrentes da pesquisa.

Benefícios:

Não há nenhum benefício direto aos participantes. No entanto, por meio deste estudo espera-se contribuir com as pesquisas em políticas linguísticas, mapeamento da escolha dos livros didáticos

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

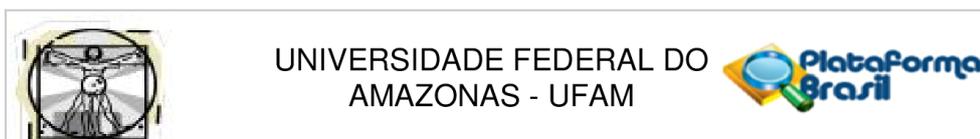
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.691.095

no Amazonas e relevância da distribuição de livros do PNLD nas escolas públicas

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

2 versão

Mestrado em Letras

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de Rosto: adequado

Riscos (no corpo): Adequado

Benefícios: adequado

Orçamento:adequado

Cronograma:inadequado

Critérios de inclusão: adequado

Critérios de exclusão: adequado

Instrumentos da Pesquisa: adequado

Termo de Anuência:adequado

TCLE: adequado

Curriculum lattes: adequado

Recomendações:

O pesquisador somente poderá iniciar a coleta de dados (pesquisa de campo), após análise e aprovação pelo CEP

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1143496.pdf	27/10/2019 23:15:21		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	27/10/2019 23:02:52	RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDAO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

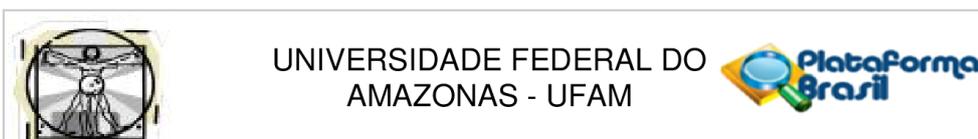
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.691.095

Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	25/07/2019 10:18:43	RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDAO	Aceito
Outros	Declaracao_Seduc.pdf	25/07/2019 09:48:53	RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDAO	Aceito
Outros	TCLE.doc	18/04/2019 21:30:14	RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDAO	Aceito
Outros	Declaracao_FLET_UFAM.pdf	18/04/2019 21:29:20	RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/04/2019 05:48:26	RAIMUNDA JULIA DE FREITAS BRANDAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 07 de Novembro de 2019

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com